

Cidadão detido por matar o irmão a troco de dinheiro em Tete

Uma criança de apenas sete anos de idade foi assassinada pelo próprio irmão e extraído o coração e os órgãos genitais, com a ajuda de outros dois cidadãos, a troco de 400 mil meticais, no distrito de Zumbo, província de Tete. Os três indiciados já estão a contatados com as autoridades.

Texto: Redacção

Um dos suspeitos, identificado pelo nome de Yossefe Gaula, de 18 anos de idade, é irmão da vítima, do sexo masculino. Trata-se de um crime denominado fratricídio.

Segundo o Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique (PRM), em Tete, o jovem confessou o acto macabro após ter sido surpreendido a tentar vender o coração e os órgãos genitais do próprio irmão.

Residente na localidade de Minga, posto administrativo de Muze, Yossefe Gaula contou aos agentes da lei e ordem que tirou a vida do seu familiar porque alguém prometera pagar 400 mil meticais e lhe oferecer outros benefícios.

Fonte do Comando Provincial da PRM, em Tete, assegurou ao @Verdade que o indiciado pretendia abandonar o coração e os órgãos genitais na via pública, mas a intenção foi abortada pela população, de imediato alertou a corporação.

Yossefe alegou que o mandante do crime responde pelo nome de Samissone Ivulande, o qual até à publicação deste texto ainda não tinha sido localizado pelas autoridades, que estão no seu encalço.

Mulher maliana morta na própria casa em Nampula

Uma mulher grávida de nacionalidade maliana, de 22 anos de idade, foi assassinada com recurso a uma faca na sua residência, na tarde de quarta-feira (31), na cidade de Nampula, província com o mesmo nome.

Texto: Redacção

continua Pag. 02 →

Ministra da Educação reitera que ensino primário é gratuito em Moçambique: “Não é justo que se faça essa cobrança e que se condicione a matrícula”



Embora o ensino primário público em Moçambique seja gratuito as escolas cobram, no acto da matrícula, uma taxa que varia entre os 200 e 800 meticais supostamente para despesas não cobertas pelo Estado. Confrontada pelo @Verdade a ministra da Educação e Desenvolvimento Humano declarou: “não é justo que se faça essa cobrança e que se condicione a matrícula, essa é uma taxa voluntária porque existem pais que não tem condições para pagar”. Mas o @Verdade apurou que existe uma instrução do Governo para induzir os pais a participarem das despesas de funcionamento da escolas.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo continua Pag. 02 →

Malária e cólera já mataram mais de 800 pessoas este ano em Moçambique

Pelo menos 803 pessoas morreram este ano devido à malária em algumas províncias moçambicanas e outras quatro por cólera em Nampula, disse o Ministério da Saúde (MISAU), esta quinta-feira (01), e apelou para o combate de habitats de mosquitos e a observância rigorosa das medidas de higiene individual e colectiva nesta época chuvosa.

Texto: Emildo Sambo

De Janeiro a Setembro deste ano, as autoridades da Saúde registaram seis milhões de casos de malária, que resultaram 803 óbitos.

Em igual período do ano passado houve 6.000.300 casos. Apesar da redução, Lídia Chongo, porta-voz do MISAU, insta as comunidades a redobrem a higiene e evitem charcos e amontoados de lixo nos quintais nesta época de chuva, que se estende de Outubro findo a Março próximo.

É nesta altura do ano em que as condições de saneamento do meio são cada vez mais precárias nos bairros, sobretudo na periferia.

Em Setembro passado, a médica do Instituto Nacional de Saúde (INS), Tatiana Marrufo, afirmou, no 5º Fórum Nacional de Antevisão Climática, em Maputo, que

“existe uma forte relação entre o aumento da temperatura e a incidência da malária, na medida em que se aumenta 1°C em média temperatura mínima semanal, isto vai levar a um aumento de cerca de 2 por cento da incidência da malária nas quatro semanas subsequentes.”

Por sua vez, o Instituto Nacional de Meteorologia (INAM) prevê para este ano uma precipitação normal, com tendência acima do normal, nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e norte da província da Zambézia, o que poderá resultar em mais casos de malária, que continua a ser o principal problema de saúde pública em Moçambique.

De Janeiro a Outubro de 2017, as unidades sanitárias atenderam 560.000 pessoas com diarreias. O número baixou para 480.000 no período homólogo

deste ano.

Relativamente à cólera, também conhecida como “doença das mãos sujas”, o país registou 810 casos, sendo 649 em Cabo Delgado e 161 em Nampula, com quatro óbitos. “Desde Abril que não há ocorrência de cólera”, disse Lídia Chongo.

A fonte lembrou que a malária, as diarreias e a cólera ocorrem em maior escala na época chuvosa e, infelizmente, continuam a ser enfermidades que constituem “um problema de saúde pública”.

A responsável alertou que a cólera é uma doença mortífera quando não é tratada atempadamente. A forma mais eficaz de preveni-la é consumir água e alimentos limpos, evitar a proliferação do lixo, lavar sempre as mãos antes de manusear os alimentos e depois de usar os lavabos.



A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o XICONHOÇA da semana

Escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 01 - Ministra da Educação reitera que ensino primário é gratuito em Moçambique: "Não é justo que se faça essa cobrança e que se condicione a matrícula"

É Outubro, começou o período de renovação das matrículas para os alunos do ensino público em Moçambique. Na secre-

Artigo 7 que "A frequência do ensino primário é gratuita nas escolas públicas, estando isenta do pagamento de propinas".



taria das escolas o único requisito exigido, antes mesmo do preenchimento do formulário, é o pagamento da "contribuição dos pais".

"Este é o número da conta bancária da escola, deposite 500 meticais e traga o talão", informam os funcionários da secretaria diante da incredulidade dos encarregados de educação que sabem, há várias décadas, que é política do Governo não existirem custos para as crianças estudarem até a 7ª classe.

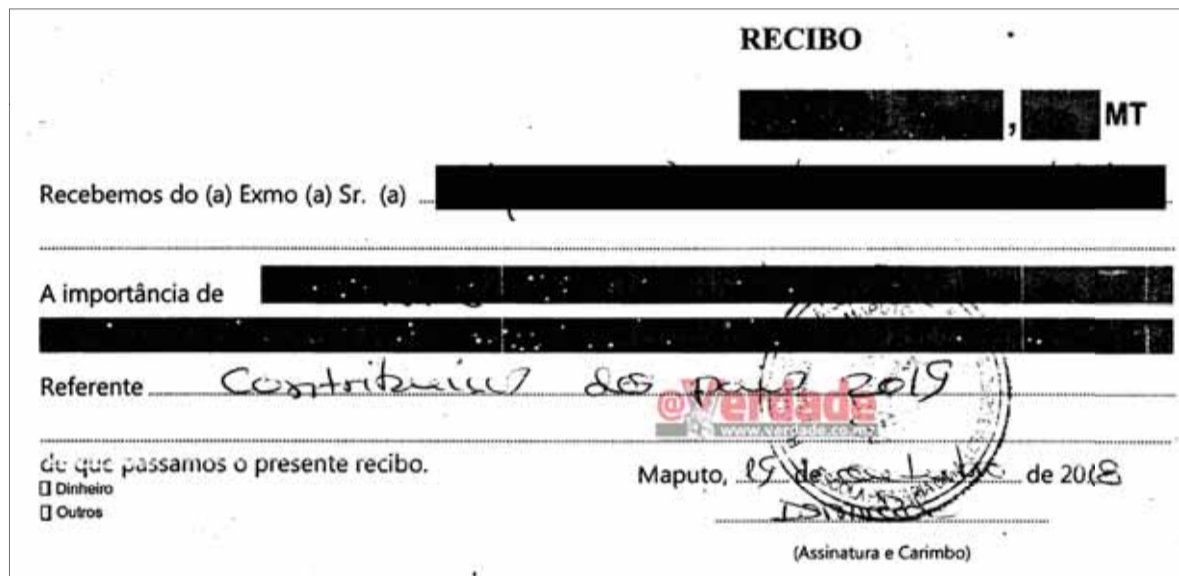
O comprovativo do depósito é entregue na secretaria e após o preenchimento de um simples formulário está renovada a matrícula. A prática acontece em todas as escolas primárias do país com a justificação que destina-se ao pagamento do guarda e/ou segurança da escola, construção e/ou reabilitação de casas de banho, o que varia é apenas o valor da "contribuição dos pais".

O @Verdade entrevistou a ministra da Educação e Desenvolvimento Humano, Conceita Sortane, nesta quinta-feira (01) na Assembleia da República onde foi obter a aprovação da revisão da Lei do Sistema Nacional de Educação que paradoxalmente estabelece no número 1 do

A governante começou por negar que qualquer tipo de pagamento esteja a ser cobrado para a matrícula de crianças entre a 1ª e 7ª classes no entanto, confrontada com o talão de um depósito efectuado à favor da Escola Primária 3 de Fevereiro assim como um recibo da instituição referente a da "contribuição dos pais" admitiu que a cobrança existe.

"Eu visitei a escola 3 de Fevereiro há algumas semanas e perguntei a directora, e nem sabia que o problema existia na escola mas porque é uma questão recorrente, diz-se que as escolas cobram propinas mas o ensino é gratuito. A directora respondeu que nós não cobramos propinas, o que nós cobramos é uma concertação de uma taxa saída de uma reunião colectiva feita pelo Conselho de escola e aí eles definiram que é um valor x para a manutenção da escola", declarou a governante.

Diante da insistência do @Verdade sobre a política do ensino primário ser gratuito Conceita Sortane tentou explicar que: "o orçamento que se dá as escolas é exíguo, não chega para fazer a manutenção eficiente. Eu fui ver as casas de banho da escola 3 de Fevereiro e estão em condições, o presidente do Conselho de es-



cola disse-me que nós responsabilizamo-nos pela reabilitação".

"Estas cobranças não são uma orientação oficial"

Entretanto a titular da Educação admitiu ao @Verdade que: "como estamos prestes a terminar o ano lectivo vamos trabalhar com todas as escolas e vamos dizer que não é justo que se faça essa cobrança e que se condicione a matrícula, essa é uma taxa voluntária porque existem pais que não tem condições para pagar. Não faz sentido também que se condicione a permanência da criança na escola ao pagamento de taxas".

O @Verdade apurou que efectivamente o Conselho de pais da Escola Primária 3 de Fevereiro decidiu que cada encarregado de educação deveria contribuir anualmente com 500 meticais para o salário do guarda e a reabilitação das casas de banho, que no entanto ainda não aconteceu em 2018. Porém o montante foi decidido apenas pelos pais

que representam cada turma no Conselho sem que antecipadamente todos os encarregados de educação tivessem sido consultados, ou mesmo informados.

Este estabelecimento de ensino localizado no bairro da Polana possui pelo menos dezena e meia de turmas do ensino primário, com uma média de 50 alunos contados pelo @Verdade indicam que a "contribuição dos pais" ascende a mais de 350 mil meticais. Mesmo que a escola empregue 2 guardas, para cada turno, sobram mais de 200 mil meticais para todos os anos reabilitar as casas de banho!

Adicionalmente os encarregados de educação são ainda chamados a contribuírem 5 meticais por cada avaliação periódica, montante que é alegadamente usado para a manutenção da fotocopiadora da escola.

Conceita Sortane concluiu a entrevista apelando: "Nós estamos a pedir que os encarregados de educação, os pais, se aproximem ao Ministério. Se lá na escola as

coisas não estão a andar bem vão as direcções provinciais ou venham até ao ministério, eu estou lá. Portanto estas cobranças não são uma orientação oficial!"

Porém um gestor sênior de uma escola primária pública confidenciou ao @Verdade que existe uma instrução do Ministério, desde há vários anos, para induzir os pais e encarregados de educação a participarem nas despesas das instituições de ensino pois os fundos alocados pelo Governo são irrisórios.

O Relatório de Execução Orçamental de 2018 mostra o quão poucos são os fundos alocados no Orçamento do Estado para as pequenas despesas das escolas, 440.154.000 meticais foram inscritos e disponibilizados em forma de "apoio directo às escolas" de todos os distritos e cidades de Moçambique, valor abaixo dos 560 milhões de meticais que Filipe Nyusi gastou na compra do seu novo jatinho. A cidade de Maputo recebeu 10,9 milhões de meticais para ser repartido pelas 192 escolas primárias que possui.

→ continuação Pag. 01 - Mulher maliana morta na própria casa em Nampula

O assassinato aconteceu no bairro dos Belenenses, onde os moradores se queixam de assaltos com frequência, principalmente à noite. O suposto homicida, de 18 anos de idade, foi neutralizado por populares quando tentava fugir e já está a contatos com as autoridades.

Durante o interrogatório policial e

em declarações à imprensa, o jovem assumiu a autoria do crime mas alegou legítima defesa.

Ele contou que se dirigiu à casa da malograda para pedir emprego mas ela o expulsou com a faca em punho e a proferir impropérios. Na tentativa de se defender, houve uma dis-

puta pelo instrumento e este atingiu acidentalmente a vítima.

Questionado em que circunstâncias a finada desferiu vários golpes contra si mesma, incluindo no pescoço, o miúdo foi parco em palavras, o que para a Polícia da República de Moçambique (PRM), em Nampula, é

uma prova de que o crime foi premeditado.

O porta-voz da PRM, Zacarias Nacute, disse a jornalistas que já foi aberto um auto contra o indiciado, cujo processo será encaminhado para as outras entidades, para os devidos efeitos.

Xiconhoquices

Taxa de matrícula

Está consagrado e acordado que o ensino básico em gratuito no país, ou seja, de acordo com a Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança, o Estado deve garantir o acesso à educação básica gratuita e compulsiva, mas infelizmente não é isso que se tem assistido em Moçambique. Por alguma carga de água, no nosso país é de forma ilegal cobrada uma taxa de matrícula, o que deixa os encarregados de educação numa situação bastante desconfortável. As escolas cobram uma taxa que varia entre 200 meticais e 800 meticais. Esas taxas, para além de ser ilegais, são proibidas para muitas famílias e, como consequência disso, um número cada vez mais crescente de crianças é privado de frequentar uma escola.

Governança a piorar

Não é novidade para nenhum moçambicano que a governança da Frelimo tende a piorar, o que de certa maneira demonstra a falta de vontade política de se criar um ambiente saudável para o povo moçambicano. O Índice Ibrahim de Governança Africana (IIAG) de 2018, divulgado nesta semana é prova disso, colocando o nosso país na posição 25, menos duas do que no ano passado. Apesar dos discursos floreados de boa vontade e abertura ao diálogo do Presidente da República, Filipe Nyusi, a cada dia que passa o espaço da sociedade civil tem vindo a diminuir em Moçambique de forma preocupante. Além disso, o IIAG refere que o Ambiente Comercial em Moçambique é incompatível com o crescimento da população em idade activa. Resumindo, a má governação sempre foi o prato forte do Governo da Frelimo.

Acidentes de viação

É preocupante como os acidentes de viação têm se tornado numa das principais causas de morte dos moçambicanos. A título de exemplo, pelo menos 938 pessoas morreram e outras 924 ficaram gravemente feridas devido a 1.268 acidentes de viação, ocorridos entre 30 Novembro de 2017 e 23 de Outubro do ano em curso, em Moçambique. Esta situação não só mostra o descaso do Governo da Frelimo em relação à vida dos moçambicanos, mas também revela o nível de impunidade e irresponsabilidade por que ainda regem os automobilistas moçambicanos quando se fazem às estradas. Este elevado nível de sinistros rodoviários não só devia deixar preocupado o Governo de turno, mas é uma razão forte para que o Executivo de Nyusi tome medidas urgentes para reduzir os casos.

Editorial

averdademz@gmail.com

Um país vendido a multinacionais

Desde a Independência nacional, os moçambicanos acreditaram na promessa de um país livre económica, social, cultural e politicamente do jugo colonial, mas o que se tem assistido é que o povo tem vivido anos de sacrifícios e intempérie. A situação por que passa a população moçambicana resulta da falta de sensibilidade por parte do Governo que tem dirigido os destinos do país desde a independência. O tempo tem demonstrado que é impossível humanizar os políticos de turno que tem feito o povo da sua besta de carga.

O tempo tem mostrado que os indivíduos que dirigem o país estão mais preocupados com o seu umbigo, relegando o bem-estar dos moçambicanos para último plano.

Uma das situações que revela essa dura realidade é a facilidade que o Banco de Moçambique criou para as empresas multinacionais que se preparam para explorar o petróleo e o gás existente no país. Ou seja, para além de toda as estúpidas isenções e regimes especiais de tributação, as multinacionais conseguiram do Governo da Frelimo uma legislação privilegiada para movimentarem os bilhões de dólares que irão ganhar no país.

Esta é uma realidade preocupante e revoltante. Os moçambicanos passam por diversas dificuldades todos os dias, mas o Governo não cria facilidade para dar dignidade ao seu povo, pelo contrário tem estado sistematicamente a empurrar a população para sarjeta.

Literalmente, o Governo está a vender o país a multinacionais dando privilégios infundáveis em troca de ninharias, assim como hipotecou o futuro de milhões de moçambicanos contraindo dívidas ilegalmente.

Infelizmente, os moçambicanos, de forma ingénua e a cada cinco anos, têm estado a confiar a resolução dos seus problemas e os seus destinos a este bando de insensíveis. Ao serviço de grandes interesses económicos e financeiros, o Governo da Frelimo coloca os moçambicanos a ocuparem-se de um futebol que não traz nenhum resultado satisfatório, enquanto eles vão fazendo revisões na Lei Cambial e outros dispositivos.

Xiconhoca

Edson Macuácu

Diz a sabedoria que "boca fechada não entra mosca". Esta máxima aplica-se perfeitamente em relação ao presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade da Assembleia da República, Edson Macuácu, que afirmou que as dívidas ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM aconteceram pela falta de capacidade técnica dos deputados em fiscalizar o Governo. Este Xiconhoca deve estar a fazer-se de ignorante ou é mesmo um ignorante. Aliás, todos moçambicanos sabem que foi este Xiconhoca e os seus pares que aprovaram a inclusão das dívidas nas contas do Estado. Xiconhoca ao cubo!

Jossias Armando e José Bernardo

Há situações em que entre escolher um ser humano e um animal, a melhor opção é o animal. É o caso destes dois Xiconhocas, Jossias Armando e José Bernardo, que agora estão a contas com a Polícia da República de Moçambique (PRM). Estes ignorantes assassinaram uma mulher e seus dois filhos, por conta de uma suposta disputa de terra, no distrito de Nhamatanda, província de Sofala. Pela tamanha barbaridade que cometeram, estes Xiconhocas não se podem considerar seres humanos.

Conselho Constitucional

O Conselho Constitucional é uma vergonha de proporções alarmantes. Os resultados das últimas eleições autárquicas e também a exclusão de cabeças-de-lista de alguns partidos da oposição, vieram mostrar o quão este órgão, que se esperava imparcial e soberano, se encontra politizado. Esperava-se que o Conselho Constitucional fosse o garante do Estado de Direito, mas pelo contrário temos assistido a um órgão que age à reboque do partido Frelimo.


 **goste de nós no**
[facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)

Jornal @Verdade

O presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade da Assembleia da República afirmou que as dívidas ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM aconteceram pela falta de capacidade técnica dos deputados em fiscalizar o Governo.


<http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/67232>





 **Joakim Neves Neves**
Epah não nos nerva com esse assunto pah,


nao basta assim k xtamos a pagar a dívida, tem d estarem sempre a ns lembrar? Congo wanhine · 1 dia(s)

 **Vasco Bire FOSTE BEM DIRECTO NA FINALIZAÇÃO.** · 22 h


 **Bertino Angelo Bento Macamo** O problemas não é de deputados, se for de deputados se forem da Frelimo. · 1 dia(s)


 **Araújo Abdula** Todo deputado soube disso muito antes. Por essa razao manterao- se calados · 1 dia(s)


 **Abdul Assane Etopito** Cada um com seus argumentos insuportáveis, agora querem nos contar estórias... · 14 h


 **Garcia Ahmed Hassan Bicu** Conta nos outra parte da novela esse


capítulo é muito ridículo. · 1 dia(s)


 **Buene Boaventura Paulo** E agora que os deputados (da FRELIMO) sabem, o que fazem? · 6 h


 **Lizele Isaque Isaque** Sera.eu nao concordo. porque foi uma divida secreta · 1 dia(s)


 **Joao Cabrita** Auto-retrato de um fantoche. · 13 h


 **Coutinho José Mavila** É mais um palhaço da frelimo esse, o que disse é inútil · 13 h


 **Celso Gabriel Simbe** COM QUE ENTAO A CULPA E DOS DEPUTADOS? Nos poupe faz favor. · 1 dia(s)

 **Faquira Daudo** Palavras contraditórias outro diz, é galinha e outras diz é vaca. · 1 dia(s)

 **Adelino Ramos** nao acredito com esta posicao meus senhores. o povo ta mal com isso. · 1 dia(s)

 **Angelo Nhandumbo** Quem come comerá, quem mente mentirá e quem rouba poderá roubar. · 1 dia(s)

 **Manuel Francisco Bila** Que pronuciamento... · 1 dia(s)

 **Taibo Vagoine Vagoine** Na verdade eu nao quero aceitar que este comentario e do Sr Macuacua. visto quando estas dividas foram legalizadas pela bancada da maioria no parlamento nao no povo, este sr esta la a defender com a sua legalizacao. oque tera mudado hoje, ou sera sera lagrimas de desespero? ou de mostrar algo difrente do que esteja no seu intimo? se isto for verdade entao digo algo nao esta bem no meu partido. · 1 dia(s)

 **Vitor Lorenzo** De que sanatório fugiu este maluco? Esta tese só pode vir dum debil mental. Então ele pretence ao parlamento e vomita esta porcaria? Devia, mais é, largar o mandato. Uma gaffe deste tamanho para um candidato a doutordoutor é, no minimo, ridiculo. Estamos mesmo num estado falhado... · 1 dia(s)

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel+258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; Chefe de Redacção: Emildo Sambo; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Chefe de Redacção: Júlio Paulino; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.



Boqueirão da Verdade

“Podemos chamar os peritos militar de todo o mundo, mas enquanto nós como povo não tivermos a coragem de resolver os nossos problemas essenciais, as nossas contradições que resultam das fraudes eleitorais, nunca, mas nunca mesmo, termos um ambiente social que permita a convivência pacífica e o desenvolvimento económico. Temos que ter a coragem de curar, definitivamente, as nossas feridas aplicando o medicamento certo. Isto é, respeitar o voto depositado na urna. Sarar as feridas significa cavar e arrancar as raízes das fraudes eleitorais, haver eleições, justas, livres, transparentes e credíveis”, **Ossufo Momade**

“É estranho como a CNE, órgão que dirige e coordena os processos eleitorais, de forma leviana usou a ditadura de voto para beneficiar a Frelimo, sem se socorrer de actas e editais provenientes das autarquias. Se assim for, nunca teremos a paz, nem daqui a 500 anos”, **idem**

“A carta de condução não é como o bilhete de identidade, que é obrigatório. A carta de condução não. É conforme as condições que eu tenho, vou tirar ou não a carta de condução. Acha que com 500 meticais pode produzir uma carta de condução?”, **Manuela Ribeiro**

“A carta de condução é um documento como um outro qualquer, para qualquer pessoa que quiser ter. Não é para quem pode, é para quem quer”, **Beny Boavida, in DW**

“É uma exclusão. Eu sou motorista de chapa, dependo deste trabalho para sustentar a família. Não ganhamos nada praticamente. Então isto é uma exclusão mesmo”, **Silvestre Uamusse, in DW**

“É triste e assustador saber que grande parte das igrejas que têm vindo a proliferar um pouco por todo o país, estão envolvidas na cobrança de valores monetários em troca da “salvação celestial”. Outras vão mais longe, ao fundamentar, na cobrança desses valores, seus ministérios sobre supostas curas de doenças, que não passam de ilusões e promessas falsas”, **Mouzinho de Albuquerque**

“Proliferam por este país fora, falsos pastores e outros responsáveis de algumas confissões religiosas que sujam o bom nome das igrejas, demonstrando amor ao dinheiro, transmitindo falsas doutrinas, isto é, afirmando que têm capacidade para realizar milagres, enganando deste modo, milhares de pessoas que procuram verdadeira fé e misericórdia divinas”, **idem**

“Hoje em dia a venda de bênçãos, baptismo e outras práticas religiosas sem moral, é cada vez mais notória em algumas das nossas igrejas, em virtude de também muitas pessoas só irem às igrejas na expectativa de conseguir algo perverso, e não para construir um relacionamento com Deus. Parecendo que não, isso faz com que indivíduos sem escrúpulos, ou melhor dizendo, falsos profetas, que usando a bíblia e na ânsia desmedida de consegui-

rem dinheiro a qualquer custo, para melhorar a sua vida financeira, continuem a actuar a seu bel-prazer nas igrejas, que as transformam em suas empresas e os fieis em seus clientes”, **ibidem**

“Bolsonaro é um indivíduo coerente, até nas suas manifestações de racismo, de machismo, de defensor de práticas fascistas, de homofobia, entre outras, contrárias a tolerância entre os seres humanos. Ele está na política há mais de 30 anos e durante este tempo nunca escondeu as suas posições políticas. Pode-se dizer, portanto, que não deixa os seus créditos por mãos alheias, como sói dizer-se”, **Marcelino Silva**

“As estatísticas da primeira volta das eleições indicam que ele é mesmo aceite por muita gente. Com efeito, JB arrecadou um total de 49.276.990 de votos (46,03%) total dos votantes, enquanto que o seu adversário directo, Fernando Hadade, amealhou 31.342.005 de votos representando 29,28% do total dos votantes – total dos eleitores aptos: 147.306.295, dos seus pouco mais de 211 milhões de pessoas. Este facto remete-nos a esta que é, na minha opinião, uma verdade indelével: apesar da clareza da sua mensagem, que para meio mundo – meio mundo, sim; pois ele é criticado tanto na Europa, passando por África e desaguando nas Américas, é o preferido dos votantes brasileiros”, **idem**

“Repare-se neste pormenor: o Brasil apresenta uma geografia demográfica que nos indica que a maioria da sua

população é negra. Portanto, um dos grupos populacionais desprezados e autenticamente vilipendiados por JB. Apesar deste facto, temos de acreditar que para ele ter tido o resultado que teve, entre os seus votantes na primeira volta, esteve, seguramente, uma faixa considerável da população negra. Outro grupo que merece o desprezo de JB é o dos homossexuais. Mas, quem me garante que muitos deles não terão votado no controlo político?”, **ibidem**

“Votei a favor da aprovação da acta e edital do apuramento geral em homenagem aos milhões de moçambicanos que decidiram comparecer nas mesas de votação para exercer o seu direito de voto. Não subscrevo os resultados do apuramento geral referentes aos municípios de Moatize, Monapo, Alto Mocuè e Marromeu. Não me vou pronunciar sobre o processo eleitoral na Matola por causa do evidente conflito de interesse. Neste momento de incertezas que pairam sobre a transparência e justiça dos resultados em algumas autarquias, quero pensar nos milhões de eleitores que aguardam ansiosamente pelo resultado da sua escolha”, **José Belmiro**

“Seria incompreensível adiar ou protelar a publicação da centralização nacional e do apuramento geral. No geral, o processo de votação decorreu de forma livre em todos os municípios e foi garantida a participação de todos os eleitores na votação. Dos 53 municípios, os resultados apurados foram justos e

transparentes em, pelo menos, 48 autarquias. Em todos municípios onde os partidos da oposição estavam em vantagem, a CNE alegou, regra geral, que não tinha dados. Conseguimos a proeza de anunciar dados de locais distantes, mas não tínhamos dados de algumas capitais provinciais tais como Beira, Nampula ou Quelimane, por exemplo”, **idem**

“O presente processo eleitoral, demonstra que ao nível da Comissão Nacional de Eleições e em algumas Comissões de Eleições de nível provincial e distrital, incluindo o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral a todos os níveis, existe um grande equívoco sobre o papel e a centralidade da Comissão Nacional de Eleições em todas as fases do processo eleitoral, apesar das inúmeras sessões de formação que tiveram lugar nos últimos 12 meses em todas as províncias, cidades e vilas municipais. Continuamos a ter uma Comissão Nacional de Eleições que funciona à reboque do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral, sendo este último, numa clara subversão da Constituição, da lei e da jurisprudência do próprio Conselho Constitucional. No caso de Moatize, a Comissão Distrital de Eleições agiu à margem da lei ao ter deliberado o “arrombamento do armazém dos materiais eleitorais” bem como, “aprovou a recontagem dos votos” sem mandato legal para o efeito. O apuramento foi feito à calada da noite e na ausência de parte dos membros daquele órgão”, **ibidem**


 **goste de nós no**
[facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)

Jornal @Verdade

O Governador do Banco de Moçambique assinalou, novamente, que “o endividamento público interno continua elevado”, ultrapassou os 107 biliões de meticais em Outubro de 2018. Porém o ministro da Economia Finanças explicou ao @Verdade que só cerca de metade são novas dívidas, o resto é a Consolidação Fiscal, “estamos a trazer para as contas todas dívidas que o Estado tinha com a sociedade”.

<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/67187-divida-publica-interna-atinge-novo-maximo-107-bilhoes-de-meticais-porem-metade-e-consolidacao-de-dividas-antigas-do-estado>



 **Roberto Julio Tibana** Simplesmente um jogo de ‘ping-pong’ entre Ministério de Economia e Finanças e Banco de Moçambique!... Com imprecisões conceptuais a mistura (para confundir mais?) chamando ‘consolidação da dívida’ de ‘consolidação fiscal’! Mas deixemos esses assuntos de parte (exis-

tem manuais para tal, é somente uma questão de ele refrescar a memória e deixar de confundir as pessoas porque ainda uma maior ‘consolidação fiscal’ se revelará necessária quando se tiver completado a consolidação da dívida’ publica toda, isto é, quando se tiver feito o apanhado e trazido para a luz do dia todas essas dívidas (e garantias emi-

tidas pelo estado a favor) das empresas publicas, ministérios e organismos autónomos do Estado, bem como os seus atrasados nos pagamentos de dívidas anteriores e pelos bens e serviços do Estado. E isto tem que ser feito não só para um ano ou dois. Deve ser feito para um histórico de pelo menos dez anos, porque toda essa orgia da dívida começou há muito mais tempo do que se pretende fazer as pessoas acreditar. Portanto, o que MEF devia fazer era o HISTORICO (!) da dívida consolidada do sector publico para podermos ver qual é a sua tendência ao longo desses anos até agora. Mas se ele trás somente essas outras dívidas somente para os últimos dois anos, não pode vir aqui culpar as pessoas de lerem isso como significando um aumento da dívida, porque o referencial das pessoas é aquilo que conhecem das próprias publicações do Governo que têm estado a omitir do público essas outras dívidas para fazer as contas convencionais do governo parecerem bonitas. Porque razão o MEF

não faz e publica esse histórico?

Sobre o uso dos Bilhetes do Tesouro para fazer politica monetária, isso é também outra confusão, que não torna transparente os custos da politica da politica fiscal e monetária (estes últimos que também são muito elevados!). Quando BM usa BTs para enxugar a liquidez a essas taxas de juros elevadíssimas, quem paga o BM ou o Tesouro? Será que o Tesouro só paga os juros sobre os BTs que usa para financiar o défice, ou paga juros sobre todos os BTs emitidos pelo BM, isto é, incluindo os que são usados para fins que não sejam necessariamente para financiar o défice fiscal. Aonde é que podemos ver isso tanto nas contas do Tesouro como nas contas do BM? Por outro lado, se como diz o ministro -Tesouro não usa todo o stock de BTs emitidos pelo BM, porque razão ainda tem que ir procurar adiantamentos do Banco Central para financiar o défice em lugar de usar os valores arrecadados pelo BM e repre-

sentados pelo stock remanescente dos BTs. Isto tem que ser esclarecido para acabar com a confusão que se gera nas nossas cabeças.

E finalmente, por que razão o BM usa BTs para fazer politica monetária em lugar de usar os TAMS (Títulos da Autoridade Monetária, que alguns chamam de “Títulos Adriano Maleiane” precisamente por terem sido criados por iniciativa do atual Ministro de Economia e Finanças na altura em que era Governador do BM)? Todo este emaranhado somente mostra que os instrumentos das políticas macroeconómicas (fiscal e monetária) bem como a sua execução, estão envolvidos numa nebulosidade e confusão total. E para deitar mais poeira, aparecem os respetivos dirigentes a um ‘jogarem ping-pong’ de “explicações” incompletas. Podem por favor esclarecer tudo isto de uma vez por todas pra que nós outros cá fora não continuemos a ser tomados por confusos e ignorantes como sempre se diz? · 2 dias

Conselho Constitucional dá razão ao tribunal na Matola e reprova recurso do MDM

O Conselho Constitucional (CC) chumbou, na semana finda, o recurso do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), no qual contestava os resultados do apuramento intermédio no Conselho Autárquico da Matola, nas eleições de 10 de Outubro em curso, devido às alegadas "graves ilegalidades". Diz que o partido não reclamou no momento em que as ilicitudes aconteceram, enquanto devia o ter feito.

Texto: Emildo Sambo

Assim, segundo o Acórdão n.º 12/CC/2018, de 24 de Outubro, "o requisito da impugnação prévia que a Lei Eleitoral exige para a recorribilidade dos actos praticados pela Administração Eleitoral e outras irregularidades (n.º 1 do artigo 140) não foi observado, pelo que não estava reunido este pressuposto" para que o tribunal conhecesse do mérito do protesto.

Relatou o MDM que face às irregularidades que constatou durante aquele processo, recorreu ao Tribunal Judicial do Distrito da Matola, 3.ª Secção, queixando-se do facto de a divulgação dos resultados ter acontecido num sábado, 13 de Outubro corrente, durante o qual os tribunais não funcionam por ser fim-de-semana.

Ademais, o mandatário do seu partido não foi convocado para estar presente na referida sessão de apuramento e protestou, sem sucesso, ao presidente da Comissão de Eleições da Cidade da Matola.

Apesar de a sua contestação ter sido submetida ao tribunal no dia 15, data em que começava a contagem das 48 horas referido no n.º 4 do artigo 140 da Lei n.º 7/2018, de 3 de Agosto, para efeitos de impugnação, o tribunal fez vista grossa.

No seu despacho, o juiz do Tribunal Judicial do Distrito da Matola disse que o MDM submeteu o recurso no dia 16 e "não juntou os códigos de mesa de votação ou número de caderno eleitoral onde as alegadas irregularidades aconteceram", bem como "não foi observado o

continua Pag. 06 →

Banco de Moçambique admite que flexibilizou Lei Cambial para privilegiar multinacionais do petróleo e gás



As multinacionais que se preparam para explorar o petróleo e gás existente em Moçambique, para além de todas isenções e regime especial de tributação, conseguiram do Governo legislação privilegiada para movimentarem os biliões de dólares que vão ganhar no nosso país nas próximas décadas. "(...) Tivemos que trabalhar e encontrar uma maneira flexível de permitir que as empresas petrolíferas e de gás pudessem operar" admitiu ao @Verdade o Governador do banco central.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo continua Pag. 06 →

Está em funcionamento o primeiro banco de leite humano Moçambique

Entrou em funcionamento, no Hospital Central de Maputo (HCM), o primeiro Banco de Leite Humano (BLH) na história de Moçambique. Surge numa altura em que a taxa do aleitamento materno exclusivo é estimada em 55 por cento, muito pouco para as aspirações do Ministério da Saúde (MISAU). Este queixa-se do facto de estar a ser difícil a sociedade perceber a relevância de as mães amamentarem os seus filhos até pelo menos dois anos.

Texto & Foto: Emildo Sambo

O leite humano que for doado vai beneficiar parte de bebés "socialmente vulneráveis, graves internados na Neonatologia, mormente os bebés prematuros."

Os recém-nascidos gravemente doentes, cujas mães estão impossibilitadas de amamentar por motivos de saúde, ou não produzem leite suficiente para alimentarem os seus filhos e também em casos de morte materna precisam de leite materno, explicou a ministra da Saúde, Nazira Abdula.

Cientificamente, é incontestável que o leite materno é um alimento adequado para os bebés, protege-os contra as doenças diarreicas, "é fácil de digerir, não causa alergia, ajuda a controlar contra as infecções, faz com que a criança cresça forte e saudável!", entre outras vantagens.



Inaugurado, na última sexta-feira (26), a infra-estrutura de raiz foi construída no recinto da Urgência de Pediatria do HCM.

A governante disse que, não obstante o leite materno ser um alimento completo, sem cus-

tos para a família, nem todas as mães conseguem amamentar os seus filhos.

Um dos desafios do BLH é assegurar que o leite doado chegue aos bebés sem riscos para a saúde dos

continua Pag. 06 →

CA
PAZ
ES

A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana

Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 05 - Banco de Moçambique admite que flexibilizou Lei Cambial para privilegiar multinacionais do petróleo e gás

No acto da assinatura dos contratos de Concessão para a pesquisa e produção de hidrocarbonetos nos Blocos do Zambeze e Angoche resultantes do 5º Concurso Público, e que marcou a entrada formal da ExxonMobil no sector de hidrocarbonetos em Moçambique, Jos Evens, o director desta que é uma das maiores empresas do mundo no ramo, agradeceu especialmente “a contribuição valiosa do Banco de Moçambique para este processo”.

Na altura o @Verdade revelou que a 12 de Setembro último o Banco de Moçambique (BM) alterou vários termos da Secção I do capítulo VI das Normas e Procedimentos Cambiais vigentes desde Dezembro de 2017.

Dentre várias facilidades o @Verdade apurou que através do Aviso 7/GBM/2018 foi simplificado o Artigo 116, relativo ao Financiamento de operações.

O Artigo 119 que permitia ao BM obter informação bancária detalhada de cada uma das concessionárias através do levantamento do seu sigilo bancário, obrigava as multinacionais a assumirem os custos das auditorias necessárias e ainda demandava das concessionárias a lista detalhada de contratos celebrados com entidades não-residentes fornecedoras de bens e serviços e deixava a possibilidade do banco central solicitar cópias dos referidos contratos, foi suprimido.

Foi também retirado o artigo 120 que permitia ao Banco de Moçambique visitar as instalações das Concessio-

nárias assim como as áreas operacionais do projecto.

Confrontado pelo @Verdade sobre os privilégios atribuídos as multinacionais do petróleo e gás com estas e outras revisões da Lei Cambial o Governador do BM admitiu que: “Estas empresas tem uma particularidade, movimentam muito dinheiro em termos de investimentos, operam a nível global, só para dar um exemplo o investimento que foi feito aqui pela Anadarko e pela ENI foi dinheiro que vem de outras praças, de lucros e dividendos que foram alcançados em outros países”.

“Foi através desses resultados que puderam investir em Moçambique a pergunta que se levantou foi como é que nós podemos fazer isso com os resultados das nossas operações em Moçambique. Estamos em Moçambique vamos ter lucros, vamos ter dividendos, será que podemos usar esse dinheiro para expandir as nossas operações pelo mundo, em outros países, e isso não estava previsto no nosso aviso e nem na lei” explicou Rogério Zandamela.

“Através dos regimes especiais não precisavam ter contas (bancárias) em Moçambique, todas contas eram offshores”

Falando na conferência de imprensa que se seguiu à 5ª reunião do Comitê Política Monetária do BM o Governador afirmou que: “A Lei Cambial é muito restritiva, ela força o repatriamento, forçava a conversão e limitava as saídas de capital, tive-



mos que trabalhar e encontrar uma maneira flexível de permitir que as empresas petrolíferas e de gás pudessem operar em Moçambique e através do que eles chamam de pooling system pudessem utilizar os seus recursos para efeitos de investimento fora de Moçambique”.

“Foi uma discussão muito longa, durou mais de 1 ano, mas no fim tivemos que ser criativos, respeitar a lei: meus amigos todo mundo é obrigado a repatriar, está na lei. Vamos ser flexíveis na conversão, eram 50 por cento em 90 dias e alguns estavam a sofrer perdas, preocupava o aspecto de negócio, e não vamos forçar a conversão mas o dinheiro tem que estar em Moçambique, é o que a lei diz”, esclareceu.

Zandamela aclarou ainda que a instituição que dirige reconheceu que seria um problema para o modelo de negócio das multinacionais ficarem com os biliões que

vão ganhar na exploração de petróleo e gás “parados” em Moçambique. “Dissemos ok vocês tem planos de investimento que aprovam nas vossas assembleias então aquilo que é aprovado como parte dos vossos investimentos nas vossas praças até esse limite nós podemos ser flexíveis, estamos a apoiar o negócio. Foi um instrumento que usamos para permitir a essas grandes empresas fazerem investimentos fora de Moçambique dentro dos patamares dos planos de investimentos definidos e aprovados pelas assembleias do accionistas”.

“Porque é que fizemos essa batalha, como sabem essas duas empresas entraram em Moçambique com regimes especiais. Através dos regimes especiais não precisavam ter contas (bancárias) em Moçambique, todas contas eram offshores, então não se preocupavam nem questões de conversão, só traziam o mínimo que pre-

cisavam para pagar salários e outras operações. Mas o regime especial não é dado pelo Banco de Moçambique, é dado pela Assembleia da República por lei, então a Sasol e outras tem regime especial, mantém as contas fora e nós ficamos a assistir” revelou Rogério Zandamela.

O Governador do banco central acredita no entanto que apesar dos privilégios concedidos em termos cambiais terá benefícios a economia moçambicana. “Essa mudança é substancial porque é uma acordo que foi alcançado fora do regime especial, hoje as concessionárias (do petróleo e gás) praticamente não vão precisar de regimes especiais, vão manter as suas contas em Moçambique, o que na cadeia de valor traz o nosso sistema financeiro que até hoje estava a assistir, porque as contas estavam lá fora, se eles tiverem que ter o seu dinheiro em Moçambique o nosso sistema financeiro vai também participar nos negócios então é uma mais valia para as nossas instituições de crédito”.

Na perspectiva de Zandamela o acordo alcançado com as multinacionais permite ainda ao nosso país ter previsibilidade sobre os movimentos dos biliões de divisas que essas empresas movimentam durante cada exercício económico: “o Regulador não se pode dar ao luxo de ficar a assistir quando há um repatriamento e depois saem de qualquer maneira sem previsibilidade, isso tem impacto enorme. E muitos países que nós conhecemos sofrem problemas sérios por causa disso sobre o câmbio”.

→ continuação Pag. 05 - Conselho Constitucional dá razão ao tribunal na Matola e reprovou recurso do MDM

princípio da impugnação prévia.”

Sobre esta questão, o CC não tem dúvidas de que, para além da não observância do “princípio da impugnação prévia”, o tribunal referiu-se, “por lapso, à falta de junção dos códigos de mesa de votação ou número de caderne eleitoral onde as alegadas irregularidades aconteceram.”

O “galo” intrigou-se ainda com o facto de resultados obtidos a partir do apuramento com base nas actas e no editais das mesas de votação ser diferente com os resultados anunciados pela Comissão de Eleições da Cidade da Matola.

Nenhuma das anomalias acima arroladas, assim como tantas outras, foi levada em consideração pelo Tribunal Judicial da Matola.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no



→ continuação Pag. 05 - Está em funcionamento o primeiro banco de leite humano Moçambique

mesmos e seja de qualidade e quantidade desejadas.



Toda a mulher saudável que esteja a amamentar, produzindo leite em quantidade suficientes ou superior às exigências de seu filho, pode fazer a doação livremente.

A Nazira Abdula apelou às unidades sanitárias para que apoiem as equipas móveis do HCM criadas para a colecta do leite materno.

Mozambique Gas Summit debate participação da mulher e o conteúdo local na indústria extractiva

Terá lugar, entre os dias 31 de Outubro e 2 de Novembro, na cidade de Maputo, a quinta edição do Mozambique Gas Summit, no qual será debatida a participação da mulher na indústria extractiva, bem como o conteúdo local, nos megaprojectos do sector.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

O evento, que conta com o apoio do Standard Bank, vai juntar no mesmo espaço agentes económicos, tomadores de decisão nacionais e internacionais da área do gás, investidores locais, regionais e internacionais, para discutirem sobre as oportunidades que Moçambique oferece neste sector.

Para além de expôr as suas capacidades e domínio sobre a área de petróleo e gás, através de um stand, o Standard Bank vai participar em dois painéis de debate, nomeadamente “The Role of Technology and Innovation to Develop National Content & PMEs in Mozambique” e “Financing Gas & LNG Projects in Mozambique Opportunities and Hurdles”.

De acordo com Alfredo Mu-

cavela, director de Marketing e Comunicação do Standard Bank, esta conferência constitui uma mais-valia na atracção de investimentos para o País, assim como para que vários especialistas possam contribuir com as suas experiências e conhecimento no desbloqueio dos processos em curso na área do petróleo e gás, em Moçambique.

“Esta é uma oportunidade para que as Pequenas e Médias Empresas locais possam sentar-se à mesma mesa com as grandes multinacionais que operam no sector para se debruçarem sobre a maneira como elas podem fazer parte da cadeia de valor de exploração do gás natural”, indicou Alfredo Mucavela.

Por esta razão, conforme su-

blinou, o Standard Bank apoia a realização desta conferência, devendo, para além da componente financeira, disponibilizar especialistas na área para partilharem conhecimento, através dos debates e ajudar na consolidação de ideias que podem levar o País a tirar o máximo proveito das oportunidades existentes.

Refira-se que o Standard Bank é o único banco nacional que participou no financiamento de aproximadamente 8 biliões de dólares norte-americanos para a construção da Plataforma Flutuante de Gás Natural Liquefeito (FLNG), na bacia do Rovuma, em Cabo Delgado, o que pode ajudar o País a retornar ao ritmo acelerado de crescimento.

Oito crianças morrem num acidente de viação em Manica

Oito crianças perderam a vida e uma está internada em consequência de um sinistro rodoviário ocorrido na tarde de domingo (28), no distrito de Gondola, província de Manica. O condutor está a contas com as autoridades policiais.

Texto: Redacção

Das vítimas, com idades compreendidas entre dois e 12 anos, sete eram da mesma família, apurou o @Verdade. Quatro morreram no local da tragédia, três a caminho do Hospital Provincial de Chimoio (HPC) e uma já em leito hospitalar.

O acidente, do tipo despiste e capotamento, envolveu um camião que embateu contra a barreira numa ponte sobre o rio Metuchira, na Estrada Nacional número seis (EN6), no posto administrativo de Inchope.

De seguida, a viatura precipitou-se e incendiou-se, atingindo o grupo de crianças que se encontravam a tomar banho e a lavar roupa naquele rio.

A Polícia da República de Moçambique (PRM), em Manica, acredita que as prováveis causas do desastre foram a embriaguez e o excesso de velocidade. Até à publicação deste texto, uma vítima continuava sob cuidados médicos no HPC.

Conflito de terra termina em morte de mãe e filhos em Nhamatanda

Dois indivíduos estão a contas com a Polícia da República de Moçambique (PRM), acusados de assassinar uma mulher e seus dois filhos, por conta de uma suposta disputa de terra, no distrito de Nhamatanda, província de Sofala.

Texto: Redacção

As vítimas foram surpreendidas em casa, depois de terem recebido várias ameaças alegadamente proferidas pelos homicidas, que reclamavam a parcela de terra onde a mulher e os seus filhos viviam há vários anos.

Os supostos assassinos, de 34 e 36 anos de idade, respondem pelos nomes Jossias Armando e José Bernardo, respectivamente. Eles disseram à Polícia que o talhão em disputa lhes pertence, porquanto foi-lhes vendido pelo marido a malograda.

Segundo Sididi Paulo, porta-voz do Comando Provincial da PRM de Sofala, os indiciados dirigiram-se à casa dos malogrados e contra estes desferiram golpes com recurso a um machado.

Índice Mo Ibrahim mostra que com Filipe Nyusi Moçambique está em “deterioração acelerada”



Apesar dos discursos de boa vontade e abertura ao diálogo do Presidente Filipe Nyusi o espaço da sociedade civil está a diminuir em Moçambique, de acordo com o Índice Ibrahim de Governação Africana (IIAG) de 2018, divulgado nesta segunda-feira (29), que coloca o nosso país na posição 25, menos duas do que no ano passado, e ainda refere que o Ambiente Comercial é incompatível com o crescimento da população em idade ativa. Paula Monjane alerta para maior coacção da Sociedade Civil moçambicana com Lei das Associações que deverá ser chancelada pela Assembleia da República.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo continua Pag. 08 →

Protecção Social só cobre 18% de moçambicanos pobres

Apesar do aumento da cobertura, os programas de assistência social básica beneficiam apenas 18% dos agregados familiares desesperadamente pobres em Moçambique. O Instituto Nacional de Acção Social (INAS) e as organizações da sociedade civil que advogam em prol dos desfavorecidos afirmam ter consciência da exclusão dos outros 82% da população, também carenciada e vulnerável, mas alegam haver falta de recursos.

Texto: Emildo Sambo

O INAS e as 32 organizações da sociedade civil acopladas à Plataforma da Sociedade Civil para a Protecção Social (PSCM-PS) reconhecem que os valores atribuídos aos 18% beneficiários ainda são demasiadamente exíguos.

Dados do Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF 2014/15), revelam que os agregados familiares no país “gastaram em média 6.924,00 meticais/mês, o equivalente a 1.406,00 meticais por pessoa, sendo que a média/mês da área urbana situou-se acima da média nacional com 11.889,00 meticais (2.360,00 meticais per capita) e a da área rural abaixo com 4.654,00 meticais (956,00 meticais per capita). Refira-se que a despesa média mês da área urbana é mais que o dobro da área rural.”

Este ano, o Governo aprovou um

decreto de revisão de subsídios a que têm direito os grupos vulneráveis em diferentes programas implementados pelo Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS), através do INAS.

Segundo os dados apresentados à imprensa, na segunda-feira (29), em Maputo, pelo director nacional de Acção Social, Moisés Comiche, o valor mais baixo é de 540 meticais e o mais elevado é de 10.500 meticais. Neste último caso, o fundo é destinado a meios de compensação, que podem ser próteses, cadeiras de rodas, entre outros.

A maioria dos moçambicanos vive em famílias muito alargadas com crianças e idosos. Por exemplo, Adolfo Tacura, ido do distrito de Chagara, província de Tete, disse, à margem do encontro entre jornalistas e a PSCM-

-PS, que o subsídio a que tem direito pode não ser suficiente mas deixou de percorrer pelo menos 12 quilómetros para ter acesso ao fundo.

De acordo com ele, neste momento, alguns obstáculos que persistem têm a ver com o facto de ainda existirem beneficiários, incluindo idosos, que permanecem horas a fio na fila e outros pernoitam nos locais de pagamento com vista a receber o dinheiro.

No encontro, defendeu-se que o sistema de protecção social em Moçambique tem vindo a se consolidar desde a implementação da Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (ENS-SB). Todavia, persistem desafios relacionados com a eficácia, eficiência e, sobretudo, transparência no processo de transferências pecuniárias.



A verdade em cada palavra.



→ continuação Pag. 07 - Índice Mo Ibrahim mostra que com Filipe Nyusi Moçambique está em "deterioração acelerada"

Se dúvidas existem sobre má governação do Chefe de Estado que não se cansa de repetir "que o povo é o seu patrão" o Índice publicado pela Fundação Mo Ibrahim corrobora o que o @Verdade tem vindo a denunciar poucas melhorias na Educação e Saúde enquanto a Participação e Direitos Humanos está a regredir em Moçambique pois, como recentemente testemunhamos, as eleições executivas "livres e justas" nem sempre se traduzem num ambiente participativo melhor.

"É alarmante que o espaço político e cívico dos cidadãos africanos esteja a diminuir, com tendências de agravamento nos indicadores que medem a Participação da Sociedade Civil, os Direitos e Liberdades Cívicas, a Liberdade de Expressão e a Liberdade de Associação e Reunião", pode-se ler no documento a que o @Verdade teve acesso.

No quesito sobre eleições a classificação de Moçambique piorou de 53,6 para 49,7 pontos passando da posição 27 em 2017 para o lugar 30 dos 54 países avaliados.

A liberdade de expressão piorou de 66,9 para 66,2, em 100 pontos possíveis, caindo da posição 18 para 21.

Os direitos civis também deterioraram-se estando o nosso país na posição 33 com 44,1 pontos, contra a 20ª posição e 50 pontos do ano passado.

Em Moçambique também ficou pior o Ambiente Comercial que desceu da 22ª lugar, com 49,3 pontos, para o 20º lugar com 48,1 pontos, influenciado pela deterioração dos quesitos de ambiente de negócios e de infra-estruturas.

Jorge Matine, do Centro de In-



tegridade Pública, recordou em entrevista ao @Verdade que as coisas começaram a ficar difíceis para a sociedade civil na segunda metade do último mandato do Presidente



Guebuza. "Quando começa a discussão dos temas polémicos, depois começou a crise político-militar com a Renamo que levantou as arbitrariedades, começaram os esquadrões da morte, a ocupação do espaço público por grupo ligados ao poder e o espaço da pluralidade começa a ficar fechado".

"Cada vez que nós protestávamos os militares posicionavam-se nas saídas dos bairros para as populações não saírem para se manifestar. Os grupos

dinamizadores e chefes de quarteirões eram avisados e eles avisavam ai de quem participar nesta manifestação", referiu Denise Namburete do Fórum de Monitoria ao Orça-

mento do Estado. Paula Monjane notou que "o Presidente (Filipe Nyusi) fez aquele primeiro discurso mas depois sempre que fala parece estar a responder a alguém". "Com a redução do apoio ao Orçamento do Estado o Governo ignora mais os Parceiros Internacionais assim como a Sociedade Civil. Por exemplo deixaram de se fazer os Observatórios de Desenvolvimento a nível nacional. As



reformas das finanças públicas o Governo parece que parou de fazer esforço. E agora os doadores já são abertamente sócios dos negócios" constatou ainda a diretora do Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil que antevê maior coação com Lei de criação, organização e funcionamento das Associações que está na agenda da Assembleia da República.

"O momento de agir é agora"

O IIAG de 2018 alerta "esta é uma tendência preocupante tendo em conta que, para os próximos dez anos, se prevê um crescimento de quase mais 30 por cento no número de africanos em idade ativa (15-64 anos)".

"Tal crescimento aumentará a procura de emprego num contexto em que o progresso médio do Desenvolvimento Económico Sustentável é quase inexistente. Estes números demográficos criam um contraste ainda mais acentuado com a queda de -3,1 pontos na Satisfação com a Criação de Emprego desde 2008".

Estas constatações do Índice Ibrahim de Governação Africa-

na trazem à tona a falácia dos milhões de empregos que Filipe Nyusi clama estar a criar.

Comentado o mais recente Índice Mo Ibrahim, o presidente da Fundação, afirmou em comunicado que: "Saudamos o progresso na Governação Global, mas a oportunidade perdida da última década é profundamente preocupante. África tem um enorme desafio por diante. A sua grande e jovem força de trabalho potencial pode transformar o continente para melhor, mas esta oportunidade está prestes a ser desperdiçada. Os dados são evidentes: os cidadãos jovens de África precisam de esperança, perspectivas e oportunidades. Os seus dirigentes têm de acelerar a criação de emprego para sustentar o progresso e impedir a deterioração. O momento de agir é agora".

Para o IIAG de 2018 foram recolhidos dados de 35 fontes oficiais e usada em 102 indicadores, dos quais 27 para a categoria de Segurança e Estado de Direito, 19 para Participação e Direitos Humanos, 30 para a categoria de Desenvolvimento Económico Sustentável e 26 para Desenvolvimento Humano.

Farmácias do Estado entregues ao IGEPE para reestruturação e recapitalização

O Governo decidiu transferir a gestão da Empresa Estatal de Farmácias (E.E. FARMAC) para o IGEPE que fica com a missão de reestruturar a deficitária e endividada empresa de distribuição e comercialização de medicamentos com vista a sua recapitalização para coloca-la no cada vez mais lucrativo sector farmacêutico em Moçambique.

Texto: Adérito Caldeira

Há quase uma década que a situação financeira da FARMAC, empresa criada em 1977, tem vindo a degradar-se. Com quase liberalização do mercado, a entrada de cada vez mais operadores privados e a falta de investimentos do Estado a empresa tem vindo a acumular dívidas com fornecedores que se traduziram primeiro na escassez de medicamentos e depois na incapacidade de pagar os salários dos seus trabalhadores.

No passado dia 5 de Junho o Governo enfim decidiu avançar com o saneamento financeiro da empresa e reestrutura-la, "com o objectivo principal de modernizar a sua gestão, organização e funcionamento, de modo a recapitalizá-la

e ampliar as suas capacidades produtivas e de comercialização, de modo a concorrer com empresas do sector privado".

Através de um Despacho conjunto os ministros da Economia e Finanças e da Saúde determinaram: "A transferência da gestão da E.E. FARMAC para o IGEPE – Instituto de Gestão das Participações do Estado".

Num prazo de 180 dias o IGEPE "deve adoptar os procedimentos que se mostrarem necessários para a adequação dos órgãos de gestão da E.E. FARMAC, com vista à uma gestão assente em critérios de profissionalismo, transparência e prestação de contas".

"Tertúlias Itinerantes": Como o humor pode ser usado para se dizer certas verdades

Os cartoonistas utilizam o humor e um tipo de prosa bastante expressiva para camuflarem a verdade. A forma lúdica com que trabalham veicula mensagens ao mesmo tempo que provocam riso. Ainda assim, o que dizem é importante para a sociedade.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Esta foi a constatação feita por Célia Nhancupe, investigadora e docente na Universidade Pedagógica, durante a apresentação do 9º sub-tema das "Tertúlias Itinerantes", edição de 2018, realizada, re-

guesa de Moçambique.

Para aquela docente, a interpretação da escrita humorística pode ser realizada em diferentes dimensões, uma vez que, os cartoonistas elabo-



centemente, na Escola Portu-

ram o seu trabalho, também,

com recurso ao sarcasmo e à banda desenhada. Isto suscita muitas leituras, dependendo do background do leitor.

Para sustentar o seu posicionamento, Célia Nhancupe utilizou parte das obras de Sérgio Zimba, Sérgio Tique e Neivaldo Nhatugueja. Estes autores adoptam o humor e o sarcasmo, como técnica para interagirem com os seus públicos e com a sociedade, no geral. A partir do seu trabalho, podem contribuir para a mudança de determinadas atitudes como, por exemplo, o excesso de utilização de campos de jogos, para fins diferentes dos propósitos para que

Acidentes de viação aumentam e matam mais de 930 pessoas desde Novembro de 2017

Pelo menos 938 pessoas morreram e outras 924 ficaram gravemente feridas devido a 1.268 acidentes de viação, ocorridos entre 30 Novembro de 2017 e 23 de Outubro em curso, em Moçambique, disse o Governo após uma sessão do Conselho de Ministros, esta terça-feira (30), e manifestou profunda preocupação pelo facto de o factor humano ser um dos que mais matam.

Texto: Redacção

Em igual período do ano passado houve 880 óbitos, o que significa que o aumento de mortes foi de 7% e de sinistros 11%.

A porta-voz do Conselho de Ministros, Ana Comoana, disse a jornalistas que "não obstante todos os esforços envidados pelo Governo e não só, os acidentes de viação continuam uma preocupação" no país.

O grosso dos sinistros rodoviários aconteceu mormente na cidade e província de Maputo, em Gaza, Inhambane, Sofala, na Zambézia, em Cabo Delgado e no Niassa.

Os factores humanos e técnicos das viaturas estiveram na origem dos referidos desastres, sendo Gaza o ponto do país que regista sinistros rodoviário mais horrorosos.

A informação foi tornada pública no âmbito do acompanhamento das recomendações deixadas aquando da realização do segundo simpósio nacional sobre a sinistralidade rodoviária, em Novembro último, em Maputo.

Edson Macuácuca afirma que dívidas ilegais resultaram da falta de "capacidade técnica" do deputados

O presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade da Assembleia da República afirmou que as dívidas ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM aconteceram pela falta de capacidade técnica dos deputados em fiscalizar o Governo.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 10 →



Dívidas ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM foram um "ganso negro", classifica Roberto Tibana que admite a solução de Moçambique é negociar com credores

A emissão das Garantias Bancárias para as empresas Proindicus, EMATUM e MAM pelo Governo de Armando Guebuza, que tinha o dever de cumprir e defender a Constituição e as leis de Moçambique, foi "um acontecimento raro e inesperado com efeitos catastróficos" classificado por Roberto Tibana como "ganso negro". O economista moçambicano explicou ao @Verdade que embora essas dívidas ilegais tenham tudo para ser repudiadas a solução só pode ser negociar com os credores sob pena do nosso país ficar fora dos mercados financeiros durante décadas, como a Argentina esteve.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 10 →

Governo perverte papel do Parlamento, dos tribunais e politiza o Conselho Constitucional

O Executivo moçambicano continua a ter um largo domínio subversivo e entorpecente sobre os tribunais, a Assembleia da República (AR) e o Conselho Constitucional (CC), segundo dados do relatório preliminar da 2ª. avaliação sobre a "democracia e governação política" no país, apresentado na terça-feira (30), em Maputo, e elaborado no âmbito do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF).

Texto & Foto: Emildo Sambo

Apesar da tendência de profissionalização dos mecanismos de nomeação de juizes e outros magistrados e da credibilização do sistema da Justiça, com julgamentos imparciais em casos que envolvem altas figuras do Estado, os cidadãos têm a "percepção de que tribunais não são independentes" e este problema é mais amplo e próprio sistema político.

Os tribunais não só demoram, como também enfrentam "dificuldades em fazer cumprir as suas decisões. A expansão das instituições da Justiça não se reflecte automaticamente no acesso à justiça."

O académico e docente universitário Jaime Macuane disse que, não obstante haver fortalecimento da capacidade de debate no Parlamento, este não exerce plenamente o poder legislativo e de fiscalização do Governo. "Ainda é um órgão fortemente dependen-

te do Executivo e largamente por ele influenciado."

O CC acusa uma crise de credibilidade como órgão de verificação e controle das normas jurídico-constitucionais, prosseguiu o analista político.

Segundo ele, os contenciosos eleitorais que ocorreram em 2014 e a exclusão das candidaturas de Venâncio Mondlane, da Renamo, e da Associação Juvenil para o Desenvolvimento de Moçambique (AJUDEM) e do seu cabeça-de-lista Samora Machel Júnior, nas eleições autárquicas 2018), são sinais de que o CC foi abocanhado pelo poder Executivo.

Em Maio de 2016, o comentador político Jaime Macuane foi raptado nas proximidades da sua residência, no bairro da Coop, capital moçambicana, e conduzido até algures no distrito de Marracue-ne, província de Maputo, onde foi

baleado com gravidade nas duas pernas por desconhecidos.

Para o académico e presidente do Fórum Nacional do MARF, Lourenço do Rosário, disse o politólogo foi amedrontado e correu risco de vida mas continua firme os seus ideais.

A liberdade de pensamento, de opinião e de expressão são conquistadas de que os cidadãos devem se orgulhar. Contudo, por vezes, "ficamos tolhidos por pensar" na reacção da outra pessoa em relação ao que pretendemos exprimir.

"As ameaças, as violações à integridade física e o assassinato de cidadãos e jornalistas no exercício da liberdade de expressão e/ou de imprensa colocam o país numa situação de elevada percepção de inexistência das liberdades de expressão e imprensa", disse Jaime Macuane.

continua Pag. 10 →



→ continuação Pag. 09 - Dívidas ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM foram um "ganso negro", classifica Roberto Tibana que admite a solução de Moçambique é negociar com credores

"O ganso negro é a teoria mais moderna de análise de risco", começou por afirmar Tibana, que é doutorado em Economia pela Universidade de Oxford, explicando que: "É tão raro e extraordinário que é usado para catalogar um tipo de risco que é fora do comum, inesperado e completamente fora do concebível para quem não esteja dentro da sua preparação. E o acontecimento ganso negro quando tem efeitos catastróficos, que mudam completamente o curso de um sistema".

Académico, investigador e consultor com experiência no sector público de Moçambique, Gana e da Libéria onde trabalhou na reestruturação da dívida pública do país, Roberto Tibana disse que o processo usado para a contratação das dívidas ilegais de mais de 2 biliões de dólares norte-americanos pelo Governo de Guebuza é inédito no mundo. "Eu não conheço nenhum caso, e é por isso que chocou ao Fundo Monetário Internacional (FMI)".

"Já houve outros casos de misreporting mas como o nosso mas nunca na dimensão das artimanhas, o foi ferido aqui não foram só as nossas instituições o próprio



FMI ficou muito debilitado porque uma das suas funções é a vigilância e neste caso foi uma falha catastrófica. Foi uma a violação da cláusula mais chata que nenhum país quer violar porque as sanções são automáticas e irreversíveis. Nem o staff ou a própria directora do FMI, por maior boa vontade que tivesse, não podem fazer nada. Tem que ser o board do Fundo Monetário Internacional a reunir e decidir", esclareceu.

Segundo Tibana, que já trabalhou com as instituições de Bretton Woods, "uma decisão que o board tomou e não se

fala é que decidiram que toda avaliação do cenário macroeconómico que o FMI fez sobre Moçambique nos 10 anos anteriores não tinham valor, foi dizer já não podemos defender o que dissemos sobre a performance macroeconómica de Moçambique".

Pagar as dívidas ilegais com bens arrestados dos seus arquitectos e mentores

Questionado pelo @Verdade se o Executivo de Filipe Nyusi tinha a opção de repudiar e não pagar as dívidas pois a sua contratação só foi possí-

vel violando a Constituição da República e as Leis Orçamentais de 2013 e de 2014 o economista admitiu que: "Estas dívidas tem tudo para serem classificadas como hediondas, por isso eu defendo que não deve ser paga. O que seria responsabilidade do Governo era facilitar a resolução".

"Mas os investidores são espertos os mercados financeiros estão interligados e por isso não convém entrar num contencioso como fez a Argentina que esteve quase duas décadas para acabar por pagar e poder regressar aos mercados financeiros de capitais" declarou Roberto Tibana em alusão a situação que não pagamento de dívidas soberana que custou ao país sul-americano uma situação default desde Dezembro de 2001 até há poucos meses.

Contudo o economista avançou com uma solução de pagamento das dívidas ilegais mas sem sacrificar ainda mais o povo moçambicano. "Uma das soluções seria responsabilizar criminalmente os arquitectos e contratantes das dívidas da Proindicus, EMATUM e MAM, arrestar os bens e talvez se conseguisse recuperar um pouco mais de 1 bilião de dólares norte-

-americanos".

"Depois deduziam-se os custos judiciais e do processo de liquidação e o resto entregava-se aos credores. O montante que ficaria em falta seria o hair cut (perdão)" explicou Tibana que não tem dúvidas das imensas responsabilidades que os bancos Credit Suisse e VTB, assim o grupo Prinvest, têm no processo tendo inclusivamente notado que "os elevadas custos bancários e para o fornecedor (cerca de 200 milhões de dólares) foram criados para imputar a Moçambique sem mostrar as taxas de juros reais dos empréstimos, porque não queriam que se soubesse que os juros que cobram foram muitíssimos mais altos do que os cobrados pelo mercado mesmo para um país como Moçambique".

"Negociando desta maneira o Governo estaria também a mobilizar apoio diplomático e os investidores respondem as pressões dos seus governos, sem isso os doadores não tem pressão nenhuma para lidarem com os investidores dos seus países", detalhou Roberto Tibana que tem a experiência de ter liderado a reestruturação da dívida pública da Libéria.

→ continuação Pag. 09 - Edson Macuácuca afirma que dívidas ilegais resultaram da falta de "capacidade técnica" do deputados



Intervindo no Diálogo inaugural sobre Dívidas Soberanas na África Austral o deputado do partido Frelimo começou por sugerir que a Região precisa de mais organismos para monitorarem e regras para fiscalizarem o endividamento público que está elevado em todos os países.

Questionado pelo @Verdade se foi a falta de instituições e de legislação que permitiram a contratação das dívidas das empresas Proindicus, EMATUM e MAM violando a Constituição da República e Leis Orçamentais de 2013 e de 2014 Edson Macuácuca admitiu que: "a nossa crise em Moçambique não tem a ver com falta de legislação, o nosso desafio é capacitar os membros do Parlamento".

"As leis são boas mas o Parlamento não tem a capacidade técnica, incluindo os deputados, temos de capacitar nos para poder fiscalizar o Governo. De acordo com a nossa Constituição o Governo não pode emitir dívidas soberanas sem a autorização do Parlamento. Mas o que vamos fazer é continuar a fortificar e capacitar os deputados para fiscalizarem o Parlamento".

Confrontado sobre a sua posição de parlamentar que permitiu que as dívidas ilegais não só fossem contratadas mas ainda votou na legalização das mesmas o presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade da Assembleia da República declarou que: "O passado está feito o que é importante agora é olhar para o futuro e o nosso Parlamento vais ser capacitar para melhor fiscalizar o Governo e prevenir que não volte acontecer a emissão de dívidas soberanas sem a autorização do Parlamento".

→ continuação Pag. 09 - Governo perverte papel do Parlamento, dos tribunais e politiza o Conselho Constitucional

No que diz respeito à garantia da promoção dos direitos políticos, económicos, sociais e culturais, o grupo de pesquisa confirmou o que muitos já suspeitavam: há "corrupção no acesso ao emprego nos sectores público e privado" e o mercado de trabalho é incapaz de absorver parte significativa da mão-de-obra.

No geral, a corrupção ainda prevalece e está em crescimento em Moçambique.

Aliás, o acesso limitado ao crédito para financiar iniciativas empreendedoras contrasta com o discurso que o Governo do dia tem vendido a todo custo, segundo o qual os jovens, sobretudo os que são anualmente colocados à disposição do mercado de trabalho, devem apostar em iniciativas de empreendedorismo.

Pacientes aguardam 4 a 6 horas na fila do hospital

Na área de saúde, a expansão dos serviços de saúde e a respectiva humanização, o tratamento anti-retrovirais para as mulheres grávidas e o envolvimento das comunidades em diferentes acções permitiram a melhoria do sector. Porém, muitos utentes queixam-se da falta de medicamentos nas unidades sanitárias e do elevado tempo de espera (varia de 4 a 6 horas). "A resposta ao HIV/SIDA é também substancialmente dependente de parceiros internacionais."

Qualidade ainda fraca na educação

Na educação, houve igualmente melho-



rias notáveis, mas os cidadãos entendem que a qualidade de ensino reduziu, o orçamento alocado ao sector é de verbas modesto e a retenção de alunos na escola prevalece um enorme desafio.

"A taxa líquida de escolarização no ensino primário aumentou para 84,4% em 2017, mas mais de metade de alunos não termina a escola e a qualidade da educação é baixa", disse Jaime Macuane e endossou que "as crianças com deficiência enfrentam dificuldades no acesso à educação inclusiva, à saúde, às instalações públicas, incluindo unidades sanitárias e escolas. Há poucas casas de banho adaptadas".

De acordo com Lourenço do Rosário, Moçambique precisa debater a relação entre o desenvolvimento e a demografia, uma vez que "a explosão demográfica é um dos factores de travão ao desenvolvimento".

Pese embora o assunto não seja discutido no nosso país, "a explosão demográfica traz mais pobreza, mais desemprego nos jovens, mais dificuldades na segurança alimentar" e uma série de factores colaterais.

Moçambique aderiu ao MARP em 2003, aquando da criação da União Africana (UA), que definiu que a boa governação devia ser o foco para os países africanos.

A avaliação visa apenas avaliar, monitorar e aconselhar, sem qualquer tipo de intervenção política do ponto de vista de influenciar, mas sim emite-se opinião.

Em 2009 foi apresentado, na Líbia, o primeiro relatório sobre Moçambique. A avaliação/discussão é feita num encontro entre os chefes de Estados africanos.

Instituições e funcionários do Estado mandam passear Provedor de Justiça

O Provedor de Justiça, Isaque Chande, prestou, na quarta-feira (31), à Assembleia da República (AR), a sua informação anual e não deixou dúvidas de que as instituições que deviam garantir o apregoado acesso à justiça e defender a apetecida legalidade não levam a peito as queixas dos cidadãos, nem as suas recomendações, facto que enfraquece o seu trabalho.

Texto: Emildo Sambo

Várias entidades públicas e do Estado, tais como os ministérios do Interior, do Trabalho, Emprego e Segurança Social, da Agricultura e Segurança Alimentar, da Terra, Ambiente de Desenvolvimento Rural, da Saúde, da Defesa Nacional, negam obedecer os apelos do Provedor de Justiça e até desafiaram ordens judiciais. Nada lhes acontece.

Segundo Isaque Chande, os conselhos municipais também não ficaram para atrás, tendo alinhado no desvirtuamento do papel do Provedor de Justiça e na violação dos mais elementares direitos dos cidadãos.

A edilidade de Maputo, por exemplo, não respondeu ao pedido formulado por uma cidadã que deseja a resolução de um conflito que tinha com a vizinha em torno de uma obra de construção que causava danos à sua residência.

O Provedor de Justiça instou o município a tomar providências necessárias, no prazo de 60 dias, com vista a "repor a legalidade e justiça", o que não foi acatado.

Não é a primeira vez que o pelouro dirigido por David Simango procede desta forma que coloca os queixosos numa situação de nervos em franja.

De acordo com Isaque Chande, das 32 recomendações endereçadas a vários organismos, entre Abril de 2017 e Março de 2018, período a que se refere o informe, apenas 10 foram acatadas. Das instituições que mandaram passear o Provedor de Justiça ou fazem ouvidos de mercador aos seus apelos e exortações constam também os estabelecimentos de ensino.

No ano passado, uma conservadora dos Re-

continua Pag. 12 →

Banco de Moçambique revê Lei Cambial para conter especulação de divisas



O Banco de Moçambique (BM) reviu mais uma vez a Lei Cambial, no início de Outubro, para impor ordem no sector financeiro onde empresários especulavam as avultadas receitas em divisas obtidas na exportação de bens e serviços. "O que estava a acontecer é que certos agentes fora dos fundamentos da economia estavam a fazer leilões de câmbio", explicou ao @Verdade o Governador Rogério Zandamela.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo continua Pag. 12 →

Cidadãos nas cadeias e nos comandos distritais da PRM de Tete e da Zambézia sujeitos à vergonha. Provedor de Justiça pode absolutamente nada!

Os cidadãos privados de liberdade pelas autoridades nos distritos de Macanga, Chifunde e Tsangano, em Tete; Milange e Mulumbo, na Zambézia; e Nipepe, no Niassa, vivem em situação deplorável e que até mete dó. Nos estabelecimentos penitenciários provinciais há reclusos tuberculosos, outros com problemas de pele, por exemplo, que dividem o mesmo espaço com os demais. O sistema olha de frente para tudo isto com aparente total indiferença, supostamente porque não existem recursos. É sofrimento alheio, mas de que o próprio Provedor de Justiça, Isaque Chande, tem conhecimento desde quando era ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos.

Texto: Emildo Sambo

Alguns problemas, já com barbas, detectados nas instalações em alusão, dizem respeito à sobrelocação das celas, à falta de alimentação, à precariedade de higiene e saúde e prazos de prisão preventiva largamente expirados.

Nesta quarta-feira (31), Isaque Chande foi à Assembleia da República (AR) prestar a sua informação anual na qualidade de Provedor de Justiça. O documento, produzido e depositado no Parlamento pelo Provedor cessante, corresponde ao período de Abril de 2017 a Março de 2018.

Os dados por ele tornados público não deixam dúvidas de que os direitos fundamentais dos cidadãos nas "masmorras" dos comandos distritais da Polícia da República de Moçambique

(PRM) de Chifunde, Tsangano Chifunde, Milange, Mulumbo e Nipepe estão em constante perigo. Naquelas instalações foram improvisados compartimentos para manter os detidos por conta da ausência de cadeias.

Os compatriotas sujeitos a esta realidade vêm-se e desejam-se para sair do calvário ou no mínimo serem submetidos ao julgamento, mas sem sucesso, porque os magistrados que deviam proceder à triagem de detidos não o fazem tempestivamente.

Em Chifunde, por exemplo, o procurador vive na capital provincial e não dispõe de instalações no distrito, por isso, tem feito triagens de detidos e outros trabalhos no gabinete do chefe de operações da PRM.

O @Verdade recorda que no distrito de Mulumbo os reclusos percorrem pelo menos 300 quilómetros até Milange, onde são submetidos a interrogatório pelo procurador, pois não tem casa em Mulumbo.

Aliás, em Agosto de 2017, o ex-governador do Niassa, Arlindo Chilundo, recebeu da população queixas segundo as quais alguns funcionários da Procuradoria Distrital da República em Nipepe recebiam quantias elevadas em dinheiro para soltarem criminosos.

Ainda nos distritos de Chifunde, Tsangano, Macanga, Chifunde, Milange, Mulumbo e Nipepe a corporação deu a conhecer, ao Provedor de Justiça, que não dispõem de di-

continua Pag. 12 →



A verdade em cada palavra.





A verdade em cada palavra

→ continuação Pag. 11 - Cidadãos nas cadeias e nos comandos distritais da PRM de Tete e da Zambézia sujeitos à vergonha. Provedor de Justiça pode absolutamente nada!

→ continuação Pag. 11 - Banco de Moçambique revê Lei Cambial para conter especulação de divisas

Desde a entrada em vigor da Lei Cambial, em Dezembro de 2017, o banco central detectou que agentes económicos, nacionais e estrangeiros, aproveitando algumas lacunas do dispositivo legal, especularam junto dos bancos comerciais os milhões de divisas ganhas através da exportação de bens e serviços com o objectivo de obter um câmbio vantajoso na conversão desses montantes para meticais.

“O que estava a acontecer é que certos agentes fora dos fundamentos da economia estavam a fazer leilões de câmbio, dos quais alguns deles não eram bancos incluindo exportadores. Então tivemos que ordenar isso, não estava claro no aviso que saiu em Dezembro se isso era permitido ou não” explicou Rogério Zandamela durante a conferência de imprensa que se seguiu a última reunião do Comité de

Política Monetária do BM, no passado dia 22.

Através n.º 08/GBM/2018, de 01 de Outubro, o Governador do banco central determinou que a conversão de receitas de exportação de bens e serviços e de rendimentos de investimento no estrangeiro ou ainda de quaisquer outros fundos recebidos do estrangeiro passa a ser “feita à taxa de câmbio de compra do banqueiro, em vigor na data e no momento da realização da operação”.

De acordo com o aviso a que o @Verdade teve acesso esta norma é aplicável aos bancos mas também as pessoas singulares ou colectivas titulares de direitos e obrigações no âmbito da realização de operações cambiais.

Zandamela disse que embora Moçambique tenha um câmbio flexível, e livre, “não há espaço especulativo em que

exportador ou agente económico usam do monopólio temporário que tem sobre divisas, eu recebo 50 milhões e em vez de os converter normalmente com o banco com quem eu tenho as minhas contas e faço as minhas transacções e os meus negócios eu começo a especular o câmbio e depois decido como e em que base a taxa de câmbio que eu quero”.

“Parte dos movimentos especulativos tinha a ver com isso, tivemos que ordenar isso e dizer você tem os vossos bancos e a determinação do câmbio nessa matéria é uma área praticamente dos bancos. Foi uma resposta a movimentos especulativos”.

O Governador do banco central ressaltou que o câmbio continua flexível, “mas a volatilidade quando é excessiva não é boa para a nossa economia, não é boa para nenhuma economia”.

nheiro para custear as despesas de alimentação dos detidos, nem de transporte quando eles devem ser levados aos estabelecimentos penitenciários provinciais.

A alimentação dos presos é fornecida pelos respectivos familiares mas de forma irregular porque vivem longe das sedes distritais, por isso, não conseguem efectuar visitas diariamente. Por conseguinte, os seus parentes em conflito com a lei chegam a permanecer um ou dois dias sem refeição.

“É o que se passa” também “na 1.ª esquadra da PRM da cidade de Tete”, disse Isaque Chande, aos parlamentares. Ele esclareceu ainda que há momentos em que a alimentação dos detidos depende da boa vontade dos agentes da PRM e do juiz.

Nos estabelecimentos penitenciários de Tete e Macanga, os reclusos passam noites em claro ou “dormem no chão e em contacto com betão armado” porque as esteiras não chegam para todos, segundo Chande.

→ continuação Pag. 11 - Instituições e funcionários do Estado mandam passear Provedor de Justiça

gistos Centrais recusou registar uma moçambicana à qual negou esse direito mesmo depois de uma decisão do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo (TJCM), que mandava a visada preceder ao registo num prazo de 30 dias.

Reagindo a estas anomalias, o deputado da bancada parlamentar da Frelimo, Lucas Chomera, disse que o seu partido espera que Isaque Chande seja “inovador e criativo na forma de actuação e no modo de colaboração com as instituições do Estado”, porque só assim a sua intervenção será “mais eficaz.”

Assim, ele não dispõe de mecanismos para acabar com os males que afectam a Administração Pública e as violações de direitos a que o povo está sujeito. O Provedor não passa de “um mero espectador” de lamúrias e só pode assistir, impotente, aos desmandos cometidos.

Na óptica de Mohamade Yassine, da bancada parlamentar da Renamo, em todo o país há falta de instituições para onde os cidadãos podem endereçar as suas queixas e reclamações. Por isso, o “Provedor de Justiça é uma figura decorativa.”

Depois de ouvir Isaque Chande a lamentar pelo facto de as instituições da Administração Pública não cumprirem as decisões dos tribunais, até para simples cidadãos, José Lobo, deputado da bancada parlamentar do MDM, considerou que em Moçambique o Provedor de Justiça “não tem nenhum poder decisório”.

Yassine disse ainda que Isaque Chande não terá vida fácil na função que acaba de assumir, porquanto as queixas e os obstáculos por ele alistados ocorreram em todo o mandato do anterior Provedor de Justiça, José Abudo. Este abandonou o cargo e deixou centenas de casos sem solução.

“Doing Business” melhorou mais um bocadinho em Moçambique

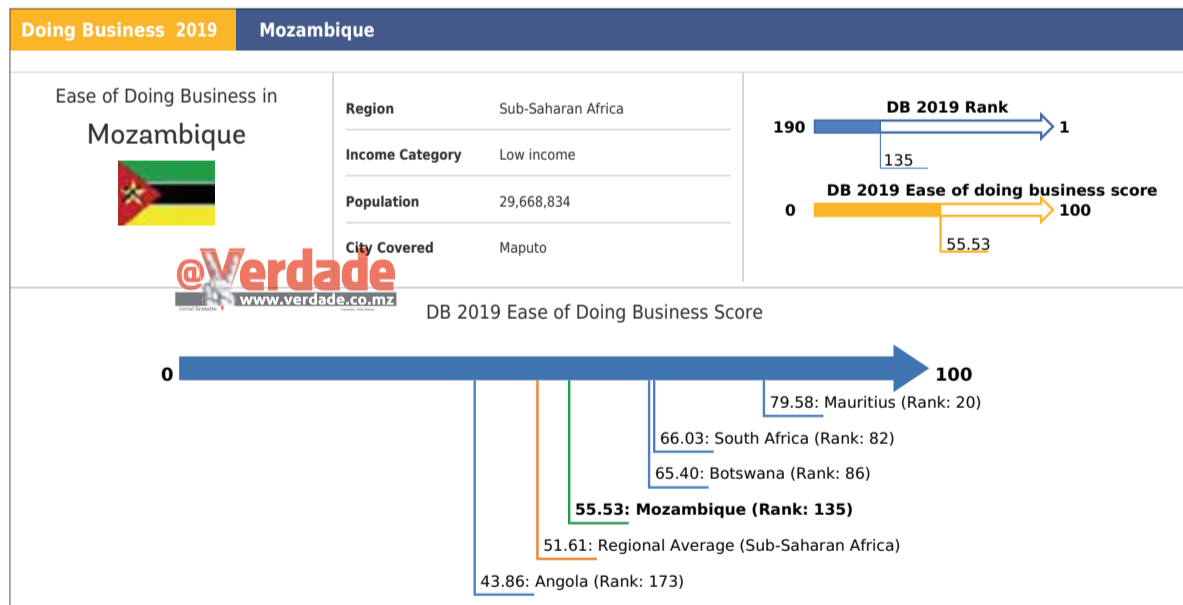
O Ambiente de negócios voltou a melhorar mais um bocadinho no nosso país, ascendendo da posição 138 para 135 no relatório “Doing Business” do Banco Mundial publicado esta semana. O sector da energia voltou a ser determinante, como em 2017, ao qual se juntaram melhorias no Comércio Além-Fronteiras e no Pagamento de Impostos.

Texto: Adérito Caldeira

O documento, divulgado nesta quarta-feira (31), refere graças as melhorias nas áreas de obtenção de Electricidade, Comércio Além-Fronteiras e no Pagamento de Im-

dos funcionários públicos, e ainda, uma comunicação eficiente com o sector privado para que se garanta a sustentabilidade e a boa implementação da regulamentação de

e gestão de cortes de energia pela Electricidade de Moçambique e ainda a redução do tempo necessário para o estabelecimento de uma ligação eléctrica através da simplificação



postos o nosso país registou uma pequena melhoria, de cerca de 1.53 por cento, na métrica que compara as várias economias relativamente às melhores práticas a nível global.

Em comunicado o director do Banco Mundial para Moçambique, Mark Lundell, ressaltou que: “(...) é importante ter-se em conta que Moçambique não é avaliado isoladamente e vários países vizinhos têm demonstrado um avanço maior”.

“Dado a complexidade e a natureza transversal de muitas reformas, assim como a comum resistência à mudança, é importante que haja liderança política ao mais alto nível, uma estrutura de coordenação inter-governamental apropriada, um grande enfoque na formação

negócios”, acrescentou Lundell reiterando a disponibilidade do Grupo Banco Mundial em apoiar o Governo de Filipe Nyusi na melhoria do ambiente de negócios particularmente no que diz respeito ao Acesso ao Crédito, a Resolução de Insolvência, o Acesso à Electricidade e a área inspectiva das actividades económicas.

Relativamente as melhorias registadas em 2017 o Banco Mundial assinala que Moçambique voltou a reformar pelo segundo ano consecutivo e as reformas realizadas este ano resultaram numa subida de cinquenta lugares no ranking do Doing Business neste indicador, passando do 150º lugar para 100º lugar. Foi contabilizado como reforma a introdução de um sistema de monitoria

de procedimentos e a introdução de um sistema automatizado de gestão e o controlo de prazos.

No que diz respeito ao Comércio Além-Fronteiras, Moçambique tornou a exportação e a importação mais fácil através da simplificação no cumprimento dos requisitos documentais, e através das melhorias das infra-estruturas na fronteira de Ressano Garcia, Província de Maputo.

O “Doing Business” assinalou ainda positivamente as facilidades introduzidas no Pagamento de Impostos com a redução o tempo de espera obrigatório antes dos contribuintes poderem solicitar o reembolso do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) para quatro meses (dos anteriores 12 meses).

Dia Mundial da Poupança: Standard Bank associa-se ao evento

O Standard Bank associou-se às celebrações do Dia Mundial da Poupança, que se assinala a dia 31 de Outubro, como forma de incentivar os seus clientes, em particular, e a sociedade em geral, a adoptar bons hábitos financeiros, que passam pela reserva de dinheiro para investimentos, bem como para emergências.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Na qualidade de padrinho de duas escolas secundárias, no que se refere a iniciativas de educação financeira, esta instituição bancária levou vários estudantes a participar nas cerimónias centrais, que tiveram lugar no Centro Cultural do Banco de Moçambique, no município da Matola.

Durante o evento, promovido pelo Banco de Moçambique, os estudantes das várias escolas de Maputo e Matola tiveram a oportunidade de ganhar vários brindes, ao participar nos concursos de educação financeira que o banco promoveu no seu

stand. Importa realçar que o Dia Mundial da Poupança foi criado com o intuito de alertar os consumidores para a necessidade de disciplinar gastos e de amealhar alguma liquidez, de forma a evitar situações de sobreendividamento.

A ideia de criar uma data especial para promover a noção de poupança surgiu em Outubro de 1924, durante o primeiro Congresso Internacional de Economia, em Milão, Itália. Todos os anos são organizadas diferentes actividades neste dia.

ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com

@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique.

"Global Agripreneurs Summit" na Grécia: Apurados vencedores que vão representar Moçambique

As empresas Salina de Batanhe e Danilo & Diogo Agronegócio vão representar o País, no evento mundial denominado Global Agripreneurs Summit, a ter lugar em Maio de 2019, na Grécia, após terem vencido a 3ª edição nacional da iniciativa Future Agro Challenge (FAC2018), realizada, entre os dias 23 a 25 de Outubro, na cidade de Maputo, com o apoio da Gapi, no âmbito do seu programa de promoção da capacidade inovadora e empreendedora de jovens.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Este evento durou 3 dias, tendo iniciado com um bootcamp para a formação e preparação dos candidatos, seguido da competição através do pitch e terminou com uma grande conferência nacional, realizada na última quinta.

A 3ª edição da FAC2018 juntou cerca de 150 candidaturas de empreendedores com iniciativas de agro-negócios, à escala nacional, promovida pela empresa Moz Innovation Lab.

Do total dos projectos concorrentes, foram seleccionados 16 empreendedores nas categorias Agro-Empreendedor do Ano e Agro-Empreendedor Jovem do Ano, dos quais foram apurados os dois vencedores que vão representar o país na fase sub-sequente.

Elena Vali, directora da empresa Moz Innovation Lab,



organizadora do evento, disse o FAC tem se afirmado como o primeiro passo para melhorar a interacção entre empreendedores e investidores, com vista a ampliar as oportunidades de parcerias e de acesso aos mercados.

Paulo Negrão, representante da Gapi no evento, referiu que segundo a estratégia da instituição, o apoio ao FAC está inserido num leque de actividades que tem traça-

do no âmbito do programa Juve-Inova (juventude inovadora): "Pretendemos continuar a apoiar iniciativas desta natureza, por forma a materializar um dos nossos maiores objectivos que é a criação de uma nova geração empresarial. Parabenizamos a organização da Moz Innovation Lab e aos vencedores e esperamos que este evento sirva de porta para as demais oportunidades existentes no mercado nacional e interna-

cional", disse.

Por sua vez, Ilídio Bande, director do Instituto Nacional do Cajú (INCAJU), disse que o evento representa o culminar de um processo de selecção de empreendedores com iniciativas da área do agro-negócio, que vão acabar com os entraves na busca de parcerias, após esta troca de experiências entre os participantes.

Por seu turno, Félquer Diogo, director da empresa Danilo & Diogo Agronegócio, disse que a sua marca de iogurte de nome Yogas deu um grande passo na conquista de novos mercados. "Este foi o ponto mais alto em termos de representação, pois queremos expandir a nossa marca a nível nacional", frisou.

Questionado sobre as suas ambições disse pretender aumentar o volume de negócios

e de processamento do seu produto, passando de 5 mil litros, para 10 mil e expandir o negócio para as províncias de Sofala e Tete.

Para Carlos José Osório Marulanda, representante da empresa Salina de Batanhe, que venceu na categoria de Agro-empresendedor do ano, a escolha do processamento do sal com iodo, deriva da grande procura que este produto tem, daí que "procuramos aumentar o volume de negócios para gerar mais empregos e evitar a migração da população jovem que procura empregos noutros pontos do país".

De referir que a Moz Innovation Lab é uma empresa moçambicana que se dedica a criar soluções empreendedoras e empresariais, focando o seu desempenho na área do agro-negócio e biotecnologia.

→ continuação Pag. 08 - "Tertúlias Itinerantes": Como o humor pode ser usado para se dizer certas verdades

foram construídos, algo que acontece em Moçambique.

Questionada sobre a interpretação de factos sociais ligados às tradições nacionais retratadas por alguns cartoonistas e apresentados durante o evento, Célia Nhancupe disse ser uma tentativa de colocar os públicos a reflectirem sobre elas. Deu

o exemplo de uma vinheta na qual se retrata o kuphahla, ou seja nela se destaca um senhor de idade a evocar os espíritos dos seus antepassados, vertendo água por cima de um tapete, num hotel. Segundo ela, uma das abordagens que aquele desenho suscita é a adequação de determinadas práticas em determinados lugares, sem, con-

tudo, subalternizar culturas.

A próxima tertúlia terá lugar no dia 22 de Novembro, no Centro Cultural Português em Maputo, durante a qual será abordado o tema: "Fluxos de comunicação intercultural entre Moçambique e Portugal", pelos organizadores deste evento académico, "Tertúlias

Itinerantes" e mais uma convidada da Universidade do Minho, Rosa Cabecinhas.

O mês de Novembro terá ainda uma outra tertúlia, no dia 27, subordinada ao tema "Dinâmicas culturais em Moçambique e seu impacto na promoção do turismo", inserida no Congresso Internacional sobre Turis-

mo, organizado pela Universidade Politécnica.

Importa referir que esta iniciativa académica é coordenada por Sara Laisse, docente da Universidade Politécnica, Eduardo Lichuge, da Universidade Eduardo Mondlane e Lurdes Macedo, da Universidade Lusófona do Porto.

Merkel não se recandidata à liderança da CDU

A chanceler alemã Angela Merkel disse numa comunicação na sede da CDU que não se recandidatará à liderança do partido, que ocupa desde 2000, no congresso de Dezembro. Contudo, pretende manter-se como chanceler até ao fim do mandato, em 2021.

Texto: Público de Portugal

Merkle anunciou esta segunda-feira "um novo capítulo", no qual não vai ser candidata a "nenhum cargo político" na Alemanha nas próximas eleições. A chanceler disse assumir "toda a responsabilidade pelo que aconteceu desde as eleições do ano passado", mas descreveu o quadro do actual Governo como "inaceitável". Os problemas vão para além da comunicação, por isso a saída da liderança da CDU vai-lhe permitir focar-se nos desafios do Governo, explicou.

Lembrou ainda que é líder da CDU há 18 anos e há quase 13 anos chanceler, desde 2005, afirmando estar "muito grata" pela oportunidade de servir o país. "Não nasci chanceler", disse.

Segundo os meios de comunicação alemães, o antigo líder do grupo parlamentar do partido, Friedrich Merz, é um dos candidatos a sucessor da chanceler na União Democrata-Cristã (CDU). Também a secretária-geral da CDU, Annegret Kramp-Karrenbauer, conhecida como "mini-Merkel" na imprensa estrangeira, já assumiu a sua candidatura. O ministro da Saúde e crítico da chanceler, Jens Spahn, também estará na corrida, diz a Reuters.

Merkel, que durante anos disse que o cargo

de chanceler deveria pertencer ao líder do partido, parece estar a seguir os passos do seu antecessor, Gerhard Schröder. Este também permaneceu chanceler da Alemanha depois de ter deixado o seu cargo enquanto líder da coligação entre o Partido Social Democrata (SPD) e os Verdes, em 2004.

A chanceler planeava candidatar-se a mais um mandato enquanto líder do partido na conferência de Dezembro, ainda que se mostrasse pressionada face as fragilidades do Governo de coligação.

"A CDU está num ponto de viragem", disse o líder regional da CDU na Turingia, Mike Mohring, ao jornal alemão Die Welt. "Eu disse ao longo destes dias que Angela Merkel sabe o que é o melhor a fazer, e decidiu-se. Temos de o respeitar". Acrescentou ainda que o importante é "restaurar a confiança das pessoas na CDU".

Especulava-se que o futuro do Governo de coligação alemão pudesse depender dos resultados das eleições no estado federado do Hesse. Agora, a decisão de Merkel pode deixar a líder do SPD, Andrea Nahles, sob pressão para também deixar o cargo. Merkel e Nahles vão encontrar-se durante o fim-de-semana para discutir o resultado das eleições.

Nahles, que não comentou a saída da chanceler, agendou também uma reunião com a liderança do SPD para definir o futuro da coligação, e eventualmente a sua saída da mesma. Se isso acontecer, Merkel ficará num Governo minoritário, o que pode provocar eleições antecipadas - uma situação arriscada para os partidos fragilizados.

No Hesse, o partido de Merkel obteve os piores resultados desde 1966, segundo as sondagens provisórias das eleições. A estação de televisão pública ZDF mostra que a CDU venceu a eleição com 27,2% dos votos, e que os sociais-democratas, seus parceiros no Governo alemão, obtiveram 19,6%, o pior resultado desde 1946.

Por último, o Partido Liberal-Democrata (FDP) obteve 7,4% e Die Linke (A Esquerda), 6,6%. É a primeira vez que todos os partidos conseguem um lugar num parlamento de um estado federado.

A CDU tem protagonizado um conflito interminável com a União Social Cristã (CSU) - o seu partido gémeo na Baviera, que há duas semanas sofreu um dos piores resultados eleitorais da sua história, por causa das divergências sobre a política migratória.

Mundo

Avião com 189 pessoas a bordo cai na Indonésia

A agência de resgate e salvamento confirma a queda do Boeing 737 MAX 8, da companhia privada Lion Air, acrescentando que perdeu contacto com o solo 13 minutos depois de descolar.

Texto: Público de Portugal

"Ainda não sabemos se há sobreviventes", disse Muhmmad Syaugi, da agência, numa conferência de imprensa. "Esperamos, rezamos, mas não podemos confirmar."

Foram encontrados objectos como auscultadores e coletes salva-vidas no mar, a uma profundidade entre 30 a 35 metros do local onde o avião perdeu contacto.

A aeronave, que estava em operação apenas desde Agosto, estava em condições de voar, disse, em comunicado, a Lion Air. Juntos, o piloto e o co-piloto acumulavam 11.000 horas de voo.

A causa do acidente ainda não é conhecida. O responsável pelo comité de segurança nos transportes, Soerjanto Tjahjono, afirmou que é preciso ainda recuperar as caixas negras do avião. As condições climáticas eram boas na altura do acidente, acrescentou.

Segundo o site especializado FlightRadar24, a última posição do avião situa-se a 15 quilómetros a norte da costa indonésia.

Desporto, saúde e música marcaram 20º aniversário da Cornelder de Moçambique

A Cornelder de Moçambique, S.A (CdM), concessionária dos Terminais de Contentores e de Carga Geral do Porto da Beira, celebrou semana finda, na Cidade da Beira, o seu 20º aniversário tendo, para o efeito, sido realizadas diversas actividades de carácter social, desportivo e cultural.

As comemorações dos 20 anos da CdM tiveram o seu ponto mais alto no sábado, dia 27 de Outubro, com destaque para a 2ª Edição da Légua da Beira que contou com a participação de mais de 3.000 atletas de diversas categorias que percorreram o trajecto de cerca de 7.5 kms.

Esta Légua preparada ao mínimo pormenor e com padrões internacionais contemplou sete categorias em masculinos e femininos, nomeadamente: Federados, Populares, Veteranos, Estudantes, Trabalhadores da CdM, Hinterland e Comunidade Portuária. De referir que a 2ª Légua da Beira contou com o suporte técnico da Associação Provincial de Atletismo de Sofala e assistência clínica da Faculdade de Ciências e Saúde da Universidade Católica de Moçambique.

Dado o sucesso e o impacto verificado na primeira edição realizada em 2017 e almejando que esta prova se torne de referência não só para a província de Sofala mas para Moçambique e para a região, decidiu-se investir num sistema de cronometragem eletrónica, facto que confere maior fiabilidade a prova.

Paralelamente, decorreu no Largo dos CFM uma feira de saúde, no âmbito da 11ª edição da campanha "Porto Saudável", um projecto da CdM na área de saúde que visa, essencialmente, promover sessões de consciencialização do HIV/SIDA. As cerca de 5.000 pessoas que aderiram à feira, realizaram testagens voluntárias em HIV/SIDA, tensão arterial, diabetes e consultas de oftalmologia.

No período da noite, a Direcção da CdM ofereceu um jantar aos seus clientes, parceiros e trabalhadores que contou com honrosa presença



do Governador da Província de Sofala, Alberto Mondlane. Na ocasião, Jan de Vries, Administrador Delegado da CdM, dissertou sobre o historial da empresa, vincando que, ao longo das duas décadas de vigência do Acordo de Concessão, a CdM investiu de forma maciça no aumento da capacidade portuária e na melhoria da produtividade dos terminais sob sua gestão.

Referenciou que o Terminal de Contentores e Propósitos Múltiplos manuseou 219 Mil TEUs em 2017, um volume seis vezes maior que o de 1999; o Terminal de Carga Geral aumentou 5 vezes o seu volume de manuseamento, passando de 467 Mil toneladas métricas para 2.6 Milhões de toneladas métricas em 2017.

Sublinhou ainda que "com vista a responder ao forte crescimento, a CdM mais do que duplicou a sua força de trabalho, tendo criado 705 postos de trabalho permanentes, enquanto a mão-de-obra indirecta aumentou para mais que 5 mil postos de trabalho".

Ressalvou ainda que "a CdM foi distinguida várias vezes pelo Governo de Moçambique, pela sua contribuição fiscal e em 2012 e 2015 foi distinguido com o prémio da melhor empresa de Moçambique, pela prestigiada revista "As Cem Maiores Empresas".

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Para fechar a noite com a chave de ouro, teve lugar um grandioso concerto musical no Largo dos CFM, que ficou lotada com os mais de 10.000 convidados que tiveram a oportunidade de ver ao vivo prestigiadas bandas nacionais como os Djakas, Pablo Baptista, Banda Kakana e Mindo, que dividiram o mesmo palco com o conceituado músico zimbawiano Jah Prayzah e sua banda.

A anteceder o evento cultural e desportivo do dia 27 de Outubro, na sexta-feira, dia 26 de Outubro nas instalações do Clube do Golfe da Beira, a CdM promoveu um torneio de golfe que contou com a participação de clientes nacionais e estrangeiros, parceiros e amantes da modalidade, tendo registado a participação recorde de 50 atletas.

No dia 23 de Outubro, nas instalações da CdM, teve ainda lugar o workshop designado Porto Rosa, sob o lema, "Juntos somos mais fortes na luta contra o cancro da mama", uma iniciativa promovida no âmbito do projecto Porto Saudável, no âmbito da campanha mundial Outubro Rosa. O workshop contou com a presença de colaboradoras da empresa e foi realizado em parceria com a Faculdade de Ciências e Saúde da Universidade Católica de Moçambique. A CdM promoveu ainda, na ocasião, uma campanha de doação de roupas e acessórios de beleza que serão, posteriormente, canalizados a mulheres que se encontram internadas no Hospital Central da Beira.

Também no dia 21 de Outubro, a CdM patrocinou o Torneio Internacional de Motocross e Moto 4, uma prova promovida pelo Motor Clube da Beira e que contou com a participação de 50 pilotos de Moçambique e do Zimbábue.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Em conferência internacional das Telecomunicações, no Dubai: Mesquita partilha experiências de Moçambique

A massificação do uso da internet resulta no desenvolvimento de aplicativos e conteúdos locais que contribuem para a melhoria das condições de vida das populações, do relacionamento com a administração pública, bem como para o incremento da economia digital no comércio, agricultura, pesca, cultura, turismo, entre outras áreas, disse terça-feira, 30 de Outubro, em Dubai, Emirados Árabes Unidos, o Ministro moçambicano dos Transportes e Comunicações.

Carlos Mesquita, que discursava na 20.ª Conferência dos Plenipotenciários da União Internacional das Telecomunicações, garantiu que Moçambique tem vindo a implementar várias acções com vista à expansão e melhoria da qualidade dos serviços de telecomunicações, tendo como pilares o crescimento, a inclusão, a sustentabilidade, a inovação e as parcerias.

Partilhando experiências de Moçambique na componente do acesso aos serviços de telecomunicações, Car-

los Mesquita referiu-se à criação do Fundo do Serviço de Acesso Universal (FSAU), um instrumento gerido pelo Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM) que tem desempenhado um papel importante na promoção do acesso universal ao serviço das telecomunicações no País.

"O FSAU está a liderar o processo de expansão da rede de telecomunicações para áreas comercialmente não viáveis, atendendo, deste modo, às necessidades das comunidades re-

sidentes nestes locais, para além de estar a criar condições de acesso destes serviços a estudantes e outras camadas sociais especiais", explicou o ministro, convidado de honra na Conferência da UIT, um organismo sob os auspícios das Nações Unidas.

Referindo-se ao mecanismo prático como se materializa o acesso universal das telecomunicações em Moçambique, Mesquita apontou, como exemplo, o projecto das praças digitais, que consiste na disponibilização do

continua Pag. 18 →

Agro-Garante: Banco Societé Generale Moçambique adere ao Fundo de Garantia de Empréstimos

A Gapi-Si e o Banco Societé Generale Moçambique, SA, assinaram, na tarde de terça-feira, 30/10/18, em Maputo, um acordo que formaliza a adesão deste banco ao Fundo de Garantias de Empréstimos, designado Agro-Garante.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz



Com o acordo, o Banco Societé Generale Moçambique passa a dispor deste instrumento de redução de risco, para financiar os seus clientes que operam nas cadeias de valor do Agro-negócio.

No acto da assinatura, o representante desta entidade, nomeadamente o seu Director Financeiro, Tomás Araújo Chale, considerou que "as garantias são consideradas no processo de análise e avaliação de risco do crédito e vão, certamente, reflectir na redução das taxas de juro".

Por seu turno, o Presidente da Comissão Executiva da Gapi, António Souto, disse que a adesão da Societé Generale ao Agro-Garante simboliza o sucesso deste fundo e "entanto que Instituição Financeira de Desenvolvimento, a Gapi contribui através deste e de outros instrumentos para tornar mais acessível o financiamento às PME's".

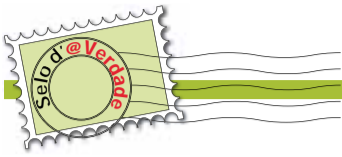
O Agro-Garante resulta de um acordo entre os Governos de Moçambique, do Reino da Dinamarca e a Gapi-SI, com vista a melhorar o acesso ao crédito bancário e a investimentos, por parte das empresas ligadas ao agro-negócio. A Gapi ficou com a responsabilidade de desenhar e implementar um sistema de garantias, que veio a ser designado Agro-Garante. Em 2013, em cooperação com a Associação Moçambicana de Bancos, várias instituições de crédito aderiram ao sistema.

Desde a sua operacionalização, o Agro-Garante, que conta com oito bancos subscritores, já viabilizou a concessão de crédito num montante de 230 milhões de meticais a cerca de 90 pequenas e médias empresas, o que permitiu assegurar mais de 5.000 postos de trabalho.

No âmbito do Agro-Garante, a Gapi concede aos bancos subscritores garantias em proporções que variam de 20 a 70%, sendo que os montantes destas operações variam entre 750 mil meticais e 15 milhões de meticais, prevendo-se para breve o aumento do tecto para 20 milhões de meticais.

A experiência da Gapi e o sucesso na concepção e gestão do Agro-Garante, fê-la merecer a confiança de outras entidades, nomeadamente por parte do Banco Mundial e do MITADER (Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural) que, através de um concurso internacional, a seleccionaram para gerir e implementar um novo Instrumento de Garantias para Pequenas e Médias Empresas.

Este novo fundo de garantias bancárias é parte dos instrumentos financeiros do programa Sustenta, que abrange vários distritos de Nampula e Zambézia, estando inicialmente dotado de uma verba de pouco mais de USD 2.0 milhões. O início da sua implementação aguarda apenas pelos desembolsos por parte dos contratantes.



Novo diplomata da Embaixada da Arábia Saudita em Maputo explora funcionários*

Escrevo em nome dos funcionários contratados localmente pela Embaixada da Arábia Saudita em Maputo, exactamente para expôr e pedir socorro sobre o sofrimento que temos passado com o actual chefe da missão, neste caso o Embaixador, que antes da sua vinda à Moçambique, a embaixada estava sob comando dum encarregado de Negócios que por sinal era um verdadeiro líder diplomata, não so pela sua forma solidária de trabalhar, mas também pela seu carrinho, motivação e respeito com os trabalhadores.

Passam aproximadamente 3 meses desde a chegada do novo diplomata, onde achávamos que as coisas podiam melhorar, mas tristemente o ambiente mudou por completo, actualmente vivemos momentos péssimos onde um funcionário está sujeito assumir 3 tarefas fora daquilo que foi contratado, para depois receber como recompensa, palavras da espécie de ingratidão, como exemplo disso, um colega que foi contratado para a função de motorista,

que depois de certo tempo passou assumir mais uma outra tarefa como segurança, e outro caso, é dum colega que é responsável pela manutenção eléctrica, que depois foi imposto também a assumir a tarefa de jardinagem, depois de ter sido expulsa inocentemente e sem diminuição a pessoa que cuidava da área.

A embaixada funciona com apenas 2 agentes de serviços, sendo elas jovens de sexo feminino, elas cuidam da limpeza de todos os departamentos da embaixada, para além também de serem servideiras das refeições, e no final do dia são obrigadas a irem tomar conta da residência do embaixador e sem respeitar o horário de saída (9h-16h), que consequentemente uma delas acabou cancelando os seus estudos.

Sem me esquecer de focar a parte mais importante, desde que ele chegou fala repetidamente que não gostou da equipe que foi contratada localmente, que por essa razão

ja expulsou inocentemente 5 funcionários sem nenhuma diminuição. A ideia dele é trazer pretextos de modo a despedir a todos nós e sem diminuições, ou por outra, nos sobrecarregar com diversas tarefas até o ponto de desistirmos, mas tudo isso para fugir das diminuições.

São várias lamentações, mas prefiro pá- rar por aqui convidando e implorando a quem de direito para intervir este novo modelo de escravatura que estamos a sofrer em pleno século XXI.

Poderia até mencionar o meu nome, mas pelo medo de passar a mesma barbaridade de que foi submetida ao Jornalista Jamal Khashoggi, prefiro me manter anonimato.

Dos escravos da Embaixada da Arábia Saudita em Maputo.

* Titulo da responsabilidade do @Verdade e texto publicado anonimamente a pedido dos autores

goste de nós no
[facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)

Jornal @Verdade

Moçambique está em destaque no futebol mundial esta semana graças as vitórias morais da selecção comandada por Abel Xavier que registou a pior queda do mês no ranking composto por 211 países. Somando menos 24 pontos os "Mambas" caíram para a posição 122, a pior classificação desde 2006... e o seleccionador ainda não se demitiu, nem foi demitido!

<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/67199>

Nino Carvalho Já disse isto em vários fórum sobre a selecção, aqui vai mais uma: acabem com o futebol sénior durante 5 anos e invistam nos juniores!! E assim talvez vamos ter Mambas e não minhocas e sanguessugas... · 2 dia(s)

Esmeria Cule O problema não é só o treinador é um conjunto de factores que contribuem para o fracasso do nosso futebol, começando pelas políticas nacionais para área de desporto ate ao pro menor mais ignorado , como as condições em que cada um destes jogadores se encontra · 1 dia(s)

Wilson Cule Poxa me surpreendeste gorduxa · 1 dia(s)

Felisberto Cumbane Abel Xavier não tem nada haver com a má qualidade do nosso futebol ,e não podemos lhe culpar.nos os moçambicanos e que devemos sentar estudar o que é queremos só. · 1 dia(s)

Fernando Chave ABEL, continua mamando EXE tako, você não é culpado, nem os jogadores. A culpá é de quem anda patrocinar uma merda, mesmo sabendo que nunca vai dar em nada... Com tantos talentos que temos em Moçambique vão insistir

nisso ai? #MANBA Não, · 1 dia(s)

Wilson Cule Não concordo com isso desculpem me mas não é o treinador mas sim são as politicas que o rodeiam ora vejamos, se voce é um profissional em uma determinada area es afecto em uma empresa e começa a querer mostrar como es coisas devem ser feitas acredite que teras chamadas de atenção por parte dos teus superiores ou até podes ser despedido ele pode até dizer eu quero isto mais aquilo e não lhe dares alegando isto mais aquilo agora mudar de treinadores a toda hora não nos trara resultados satisfatorios por favor vamos pensar melhor · 1 dia(s)

Fernando Siteo TANTO O TREINADOR TEM CULPA ASSIM COMO OS JOGADORES... O telinho por ex. E o melhor jogador do mocambola mas nao e chamado, a fmf esta a dever premio do jogo a selecao desde o tempo do Mart Noid... Como e k esperamos k eles ganhe? Disse mas nao disse · 1 dia(s)

João Paulo Maússe Verdade absoluta · 1 dia(s)

Leonildo Almeida Ai que esta, não estar a ter focos director nos verdadeiros talentos · 1 dia(s)

Felisberto Cumbane Não há profissionalismo no nosso futebol principalmente nos nossos jogar. devido a má formação dos atletas, · 1 dia(s)

Célio Barros O Massikine Aqui o problema não é só do treinador se demitir mas também o presidente e o seu elenco. Só sabem comer dinheiro do povo, porque não fazer e apostar seleção de Ntxuva · 2 dia(s)

Matias Chiburre Na verdade não se entende como e porquê os mambas têm este desempenho. Para mim, a selecção nacional nunca teve bons jogadores no país e fora como agora. Mexer, Zainadine, Witty, Reginaldo, Ratifo, Telinho, Clésio, Dominguez, Gildo, Jeitoso, etc que nos seus campeonatos estão em cima da forma. Mas ninguém consegue fazer uma equipe coesa e juntar o útil ao agradável! Se for demissão, que o treinador não saia sozinho. Deve sair com todo elenco e reestruturar-se a máquina · 2 dia(s)

Felisberto Cumbane Todos esses jogadores que jogam fora do país ,a maior parte deles jogam na segunda divisão o que é que você espera desses jogadores nada. · 1 dia(s)

Matias Chiburre Você sabe o que é 2,3,4 divisões na Europa? Ou está a brincar! Mesmo segunda divisão e terceira da África do Sul são altas competições · 1 dia(s)

Santinho J. Dos Santos Jr. Demitir-se pra quê? Tem que se trabalhar mais para que se evite erros defensivos nos últimos minutos das partidas. · 1 dia(s)

Edson Wizzy Tamele Gasta-se tanto dinheiro a pagar o seleccionador nacional. Porquê n pegar esse valor e investir na formação. Investir na

descoberta de novos talentos. Investir em infraestruturas nas escolas primárias. É lá onde saem talentos. · 2 dia(s)

Filipe Junior Tamele Como com todas regalias vamos comer a mola abel xavier · 2 dia(s)

Armando Miguel O presidente da federação e que está goliar Moçambique · 2 dia(s)

Arcio Hlavanguane Este senhor não está interessado com a classificação mais sim com a salario · 2 dia(s)

Aderito Angelo Daniel irmão o problema é de todos não so dos jogadores. sera que aqui no nosso mosabola n tem jogadores capazes de formarem uma selecção com digna? pelo o que eu saiba nos temos sim jogadores capazes de mudar o nosso futebol. mas os nossos jogadores também n ajudam · 2 dia(s)

Roberto Francisco Mandire Chiteve Vamos do mal ao pior · 2 dia(s)

Antonio Carlos Pinto Ferreira Se se demitir onde e que vai arranjar emprego? · 2 dia(s)

Lopez De Avelino Lopez Mambas nao existem so existem golfinhos os gajos sao tao benevolentes · 1 dia(s)

Absalom Ataliba Chongola E OBVIO Q ELE PROMETE OBVIAMENTE A QUALIFICACAO E OBVIAMENTE OS MAMBAS OBVIAMENTE VAO Obviamente qualificar · 2 dia(s)

Amado Luis Anosso Concordo · 1 dia(s)

Joaquim Valeriano Joao Para mim aqueles todos são uma bando de mangas e prontos · 2 dia(s)

Pergunta à Tina...

Prezada Tina, envio-lhe este e-mail, com o objetivo de pedir ajuda para a minha situação de saúde sexual. Tive cirurgia no dia 10 de Dezembro de 2015, no hospital privado de Maputo, para uma hérnia discal e, de lá para cá, não tenho tido uma saúde sexual saudável, embora já tendo tido certo acompanhamento e tratamento por alguns médicos, contudo, tem havido indicações de aos poucos estar a melhorar. Portanto, gostava de ter o seu apoio, em outros métodos e experiências ou médicos especializados neste tipo de doenças, pois, tenho tido dificuldades de uma erecção prolongada. António.

Caro António, para entender melhor o problema que te preocupa, seria bom ter algumas informações básicas. Seria importante saber por exemplo a tua idade, se não terias já problemas antes da operação, etc.

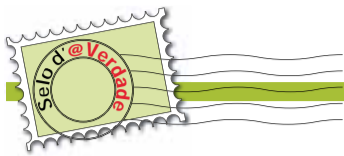
Se já tens acompanhamento e tratamento por alguns médicos, aconselho a continuar a ter confiança nisso, até porque segundo dizes, já registas algumas melhoras.

Infelizmente, não tenho capacidade para te dar apoio ou aconselhar outros métodos e experiências, para além de Viagra que certamente já experimentaste. Desejo-te melhoras.

Eu tenho 11 anos e quero fazer sexo, eu até me excito só de falar. Já tentei fazer com salsicha só que é ruim, tive medo de enfiar. Eu quero saber se posso dar para um menino, sim ou não? É que estou louca para dar não aguento mais. Denise

Minha querida Denise, a primeira coisa que debes fazer é informar imediatamente os teus pais sobre o que está a acontecer contigo. Eles irão ajudar-te e saberão o que fazer.

Não, não debes dar para um menino antes de falar com os teus pais. E também não debes enfiar nada, pois pode fazer mal à tua saúde. Tens que ter calma e confiar no que os teus pais te dizem. Verás que tudo se resolve. Boa sorte!



Agro-negócio, sim! E os 4 milhões de famílias camponesas?*

Os documentos e discursos oficiais sobre as estratégias da agricultura têm dado grande ênfase ao agro-negócio. Os investimentos e acções que têm vindo a ser implementados nos últimos anos indicam, claramente, essa opção. Como exemplo, existem linhas de crédito designadas de “especiais”, cuja elegibilidade é acessível a produtores médios e organizados em termos de administração, com garantias de crédito e acesso à banca; os centros de parques de máquinas, que prevêem a prestação de serviços de mecanização aos camponeses, são pouco acessíveis a estes por razões diversas (<http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/dr25/YasserArafatDadaeDilmaCarlos,2017>); semelhante situação existe em relação aos projectos dos silos (<http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/dr-23-YasserArafatDadaeDilmaCarlos,2017>); determinadas culturas (como, por exemplo, soja), são incentivadas sobretudo junto de pequenos e médios agricultores (designados de “emergentes”) porque produzem para o mercado, com importante apoio financeiro (incluindo a fundo perdido de parte do investimento), assistência técnica, mercados assegurados e fornecimento de insumos. Os agricultores “emergentes” constituem uma elite do último decil da população, em termos de rendimentos, de posse de gado, de possibilidades de consumo, posse de

bens duráveis, etc.

A actuação do agro-negócio termina, quase sempre, por fomentar o surgimento dos pequenos e médios produtores, enquanto produtores de mercadorias. Existem, essencialmente, três formas de intervenção do agro-negócio podendo, em cada caso, assumir uma ou mais das seguintes: (1) a subcontratação, por razões de eficiência e produtividade e por funcionalidade da relação entre as empresas e os camponeses (menor número de subcontratados reduzindo os custos de transacção da empresa interessada no produto), termina por seleccionar um número limitado de “emergentes” (2) a integração dos camponeses nos mercados através da produção e venda de excedentes (por exemplo, algodão, tabaco e feijão bóer), não envolve uma elevada percentagem de camponeses e a produção é territorialmente limitada no conjunto do país; (3) as grandes empresas que produzem em regime de monocultura (por exemplo, o açúcar) e assalariam camponeses transformando-os em operários (parciais, ou não, consoante o grau de estabilidade/precariedade do emprego).

Estes processos introduzem dinâmicas no meio rural e na economia. Destacam-se os seguintes: (1) aumento da renda dos agricultores e famílias beneficiárias dos processos de integração nos mercados,

seja por via de aumentos de produtividade e de excedentes comercializáveis (sobretudo por utilização de sementes melhoradas, químicos e mecanização), seja por acesso a crédito e aos mercados; (2) maior dinamismo económico com surgimento de actividades desformais, mas, sobretudo, informais, que diversificam a renda de uma parte da população local; (3) contribuição para o orçamento do Estado (receita fiscal), para a balança de pagamentos (exportações e redução das importações), no consumo e no investimento; (4) incremento das desigualdades, frequentemente com base em estratificações sociais pré-existent e resultantes das estruturas das sociedades locais, da escolarização, pertença a grupos de assimilação colonial, envolvimento em empresas estatais e públicas e pertença aos aparelhos das burocracias partidárias e do Estado; (5) conflitualidades locais e migrações de curta distância e por períodos mais ou menos longos; (6) possível redução do rendimento e das acessibilidades aos serviços (educação, saúde, água, etc.), sobretudo em consequência de migrações de curta duração e por reassentamentos; (7) efeitos ambientais negativos por contaminação da água, ar, solos e desflorestação.

Como refere o parágrafo anterior, existem efeitos positivos e negativos do agro-negócio. A questão é saber

sobre a abrangência social do desenvolvimento (em termos de inclusão), os processos de acumulação e de transferência espacial e intersectorial de recursos (padrão de crescimento e de acumulação) e a sustentabilidade ambiental e na utilização de recursos. O agro-negócio pode ser favorável a curto e longo prazo, se promover o desenvolvimento local através de relações produtivas e contratuais que beneficiemos diferentes actores das cadeias produtivas, se respeitar os direitos das comunidades e dos pequenos produtores (ocupação da terra e extracção de recursos - florestas e água), não agredir o ambiente e contribuir para as contas nacionais e equilíbrios macroeconómicos. Igualmente para a segurança e soberania alimentar, produzindo bens alimentares.

Existem muitos estudos que revelam, com evidências, aspectos críticos às formas de actuação do agro-negócio em Moçambique e que correspondem aos aspectos negativos acima mencionados. Destacam-se os mais importantes: conflito de terra e não respeito pela lei; reassentamentos; processos de auscultação não transparentes e sem cumprimento da lei; exploração predadora de recursos; concentração em produtos de exportação; relações contratuais com as comunidades pouco claras e muitas vezes não respeitadas; aumento da pobreza

em algumas zonas conforme se pode concluir do último Inquérito ao Orçamento das Famílias (<http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/dr-18-Mosca,2016> e <http://omrmz.org/publicacoes/dr-17,FeijoeMosca,2016>).

No fundamental, as razões que justificam estas situações são: fragilidade da administração pública (legislação, capacidade técnica e de fiscalização a diferentes níveis territoriais) e, em alguns casos, desresponsabilidade do Estado registando-se situações pouco claras e alianças entre a política e os negócios.

Por outro lado, a abrangência social (a criação de uma base social de pequenos e médios capitalistas agrários) é muito limitada em termos numéricos e de importância produtiva. Existem porém experiências positivas, sendo os casos do tabaco, algodão e soja os mais conhecidos. O agro-negócio e o surgimento de agricultores “emergentes” é um processo relativamente recente. E, conforme os estudos e realidades conhecidas, os aspectos críticos são muitos.

Por João Mosca

** Poderá baixar este documento na página web do Observatório do Meio Rural pelo link:*

<http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/dr-44-agro-negocio-sim-e-os-4-milhoes-de-familias-camponesas/>

Sociedade

Com prémios do Standard Bank a atingir cerca de 2 milhões de meticais: Maputo acolhe torneio internacional de ténis

É já neste sábado, 3 de Novembro, que arranca, nos “courts” do Jardim Tunduro, na cidade de Maputo, a 8ª edição do Standard Bank Open, que contará com dois torneios masculinos de ténis, Future I e II, em singulares e pares, chancelados pela Federação Internacional de Ténis (ITF).

Texto: www.fimde semana.co.mz

Trata-se de uma prova pontuável no “ranking” internacional, ou seja, da Associação dos Tenistas Profissionais (ATP), calendarizado no plano das actividades da FMT-Federação Moçambicana de Ténis e constitui a maior competição internacional de ténis realizada em Moçambique.

Com um “prize money” global de 30 milhões de dólares norte-americanos (cerca de dois milhões de meticais), a serem repartidos por igual para cada Future, o Standard Bank Open vai juntar tenistas de gabarito internacional de vários países, sendo de

destacar o tenista zimbabweano, Benjamin Lock, vencedor do Future desta prova realizado, em 2015.

Estão ainda inscritos para este torneio, promovido pelo Standard Bank, perto de 60 tenistas com uma pontuação assinalável no “ranking” mundial, dos quais se destacam Matias Franco (374), da Argentina, Guillermo Olaso (473), da Espanha, Tyler Lu (792), dos Estados Unidos da América, Isaac Stoute (873), da Grã-Bretanha, Kelsey Stevenson (878), do Canadá, Lance-Pierre Du Toit (885), da África

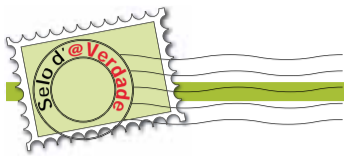
Sul, Peter Goldsteiner (910), da Austrália, Yan Bondarevskiy (977), da Rússia, entre outros.

Segundo consta do calendário da prova, entre os dias 3 e 4 de Novembro terá lugar a qualificação para os Futures e classificação, sendo que o primeiro Future realizar-se-á entre os dias 5 e 10 do mesmo mês. Depois seguir-se-á o segundo Future entre os dias 12 e 17 de Novembro.

O Standard Bank Open, que visa massificar a prática da modalidade no país,

contribuindo para a rodagem dos atletas nacionais de modo a que estejam minimamente preparados para as competições internacionais, vai integrar, igualmente, o campeonato nacional da modalidade.

Esta componente vai abarcar provas em singulares homens e senhoras, pares homens e ainda as categorias de júniores sub-14, rapazes e meninas, sub-18, rapazes e meninas, veteranos com mais de 35 anos, veteranos com mais de 45 e pares veteranos.



Associações de Camponeses do Corredor da Beira: O caso de Búzi, Nhamatanda, Vanduzi e Sussundenga

1. Introdução

Pode-se afirmar que o movimento cooperativista, no período colonial, era um instrumento do Estado para a criação de garantias para a reprodução da sua base social. Após a independência, as cooperativas passaram a ser um instrumento de construção do socialismo e revitalização da produção agrícola por via da colectivização da produção e dos meios de produção, mantendo a terra como propriedade do Estado.

Actualmente, as associações são caracterizadas pela produção em parcelas individuais e contíguas, combinadas por actividades comuns (comercialização, rega, aluguer de maquinaria, entre outros).

Numa análise realizada pelo Ministério da Agricultura, no âmbito do Plano Prospectivo Indicativo (PPI) em 1980, constatou-se que o número de novas cooperativas/associações de camponeses mais do que duplicou entre 1977 e 1981 (180 para 375) e o número de cooperativistas passou de 20.000 para 36.882 membros. As principais culturas então produzidas nas cooperativas eram milho, arroz, girassol e algodão, destinadas ao mercado interno e externo (MINAG, 1980). Contudo, o mesmo estudo alerta que a implementação das cooperativas de produção agrária não foi devidamente planificada, deparando-se com dificuldades organizativas e falta de siste-

ma de comercialização, além de dificuldades de gestão de unidades de maior escala (comparativamente com as parcelas individuais), sistemas de distribuição dos resultados excessivamente igualitários (sem consideração pelo contributo quantitativo e qualitativo de cada membro da cooperativa) e baixo apoio do Estado, acesso ao crédito e assistência ao equipamento investido pelo Estado

Para autores como Adam, para que as cooperativas exerçam a sua função (desenvolvimento rural) é indispensável o apoio do Estado através de implementação de políticas e programas que favoreçam o desenvolvimento das suas actividades (Adam, 2006).

Os dados do INE revelam que 3,7% das explorações agrícolas usam fertilizantes, 2,5% utilizam pesticidas, 5,3% das explorações são irrigadas, 1,6% usam meios mecânicos (tractores) e cerca de 0,3% possuem moto ou electrobombas (INE, 2010). Por conseguinte, o grau de integração dos pequenos produtores no mercado é muito limitado.

Os pequenos agricultores organizam-se em associações como estratégia de inserção e concorrência em mercados distorcidos, comparando com os agricultores que possuem maiores vantagens, tanto na aquisição de insumos, na produção, na divulgação e na distribuição dos produtos, assim como na garan-

tia da posse da terra.

O presente Destaque Rural tem por objectivo analisar o contributo das associações para a produção e produtividade de pequenos produtores, com enfoque nos seguintes aspectos: (1) factores que mais influenciam o desempenho das associações; (2) nos resultados a nível da produtividade, dos rendimentos e das tecnologias adoptadas nas associações e iguais variáveis verificadas nas explorações familiares; (3) Avaliar a existência de uma transferência do conhecimento adquirido e de insumos para as machambas familiares, caso as associações adoptem tecnologias mais intensivas em capital e; (4) nos apoios do Estado às associações a sua continuidade no tempo e qual o seu impacto.

A análise assenta na recolha de dados primários, obtidos em 2018, a partir de 400 inquiridos e entrevistas aos diferentes indivíduos e instituições ligadas ao tema em análise. Foram inquiridas 45 Associações. A amostra foi obtida com um grau de confiança de 95%. O método de recolha de dados foi o aleatório não sistemático. Os resultados são interpretados com base no cruzamento da informação primária e secundária. Foram seleccionados quatro distritos (Búzi e Nhamatanda, na Província de Sofala, e Vanduzi e Sussundenga, na Província de Manica) localizados no Corredor da Beira.

2. Principais resultados

As associações surgem principalmente por iniciativa de um dos membros ou pelo incentivo das associações de camponeses provinciais. São compostas, em média, por 35 membros. A produção é feita maioritariamente em sequeiro. Cerca de 37% das associações não possui sistema de regadio.

Perto de 50% não possui um meio de transporte, motorizado ou não. A área média por associado é de 9,2 hectares e de 3,3 hectares nas parcelas familiares. Porém, em termos de área cultivada, na associação é de 2 hectares por associado e de 2,3 hectares nas machambas familiares. A proximidade da aldeia, a fertilidade dos solos e a terra disponível (ex: machamba estatal, cooperativa, entre outras) constituem os principais critérios de escolha da terra para a associação. As associações em Vanduzi são as que têm maior número de associados com efectivo pecuário (aves 41%, bovino 23%, caprino ovino 19%, percentagem de produtores que possuem efectivo pecuário).

As principais motivações para pertencer a associações são: (1) acesso à irrigação; (2) acesso a uma rede de comercialização; (3) participação em reuniões da Direcção Distrital; (4) acesso à assistência técnica na produção (extensão); (5) acesso a insumos agrícolas (máquinas, sementes, adubos, etc.); e, (6)

acesso a subsídios.

A maior parte dos inquiridos afirmou que obteve, em algum momento desde a formação da associação (cerca de 68%), apoio por parte do Estado. O Estado vem intensificando o apoio às associações (máquinas, crédito, extensão, instrumentos de trabalho, sementes e fertilizantes). O principal apoio é no acesso a sementes (cerca de 42%) e à extensão rural (cerca de 30%). Contudo, para as restantes rubricas o número de respostas é reduzido.

As principais dificuldades enfrentadas pelas associações são: (1) conhecimento dos preços de mercado; (2) acesso a equipamento (tractores, motobombas ou electrobombas, alfaias e reboques); (3) acesso ao crédito; e, (4) disponibilidade de meios de transporte, sementes, adubos, combustível, instalações (para a armazenagem e conservação da produção, escritórios, entre outras) e serviços públicos (extensão e apoio à produção). A falta de armazéns e/ou silos pode justificar o facto de as associações não possuírem stock de produtos.

Por Yasser Arafat Dadá, Yara Nova e Cerina Mussá

* Poderá baixar este documento na página web do Observatório do Meio Rural pelo link: <http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/dr-45-associacoes-de-camponeses-do-corredor-da-beira-o-caso-de-buzi-nhamatanda-vanduzi-e-sussundenga/>

goste de nós no [facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)

Jornal @Verdade

Doze dias depois de o líder interino da "perdiz" ter ameaçado entornar o caldo, pois acredita que as eleições autárquicas de 10 de Outubro corrente foram "um verdadeiro fiasco", ele voltou à carga. Desta vez, para declarar que a Renamo exige a constituição de "uma comissão de inquérito independente" que possa trazer a "verdade eleitoral" sobre o que se passou nos municípios de Monapo, Moatize, Alto Molócuè, Marromeu e Matola, onde reclama vitória.

Para o efeito, Ossufo Momade disse que o Chefe do Estado deve, na qualidade de mais Alto Magistrado da Nação e como contraparte nas negociações que visam o alcance da paz definitiva e reconciliação nacional, enviar esforço de modo a pôr termo às reivindicações de que o partido se queixa, estritamente atinentes às últimas eleições.

De contrário, incorrer-se-á no risco de as "negociações em curso caírem no retrocesso (...)"

Segundo o general, "podemos chamar os peritos militar de todo o mundo" para intermediarem as nossas desinteligências, mas "enquanto nós como povo não tivermos a coragem de resolver os nossos problemas essenciais, as nossas contradições", que são em parte "resultado das fraudes eleitorais, nunca, mas nunca mesmo, termos um ambiente social que permita a convivência pacífica e o desenvolvimento económico".

<http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/67197>



Oxigenio Meldvedich Não sou a favor de nenhum partido mas sou da opinião que o partido RENAMO tem que se organizar melhor não se justifica um partido com juristas advogados e vários académicos conhecedores da lei passem a vida a cometer mesmos erros desde eleições passadas reclama de fraude não se movimentam pra resolver dentro do prazo previsto e só querem resolver depois do prazo acabar pra ter como fazer confusão quando o assunto for chumbado sempre acontece mesma coisa que já parece propositado o mesmo aconteceu com a candidatura de Venâncio mondlane será que os juristas e académicos não sabiam que ia ser chumbado?-mesmo assim foram . O Conselho ao partido é se organizarem melhor comunicarem se melhor pra evitar vergonha de dizerem coisas diferentes entre eles só assim conseguirão tomar as melhores decisões. Obrigado não

quero discutir com ninguém · 2 dia(s)

Armando Shakespeare Moz Para acabarmos com tdo isso nas próximas eleições devem ser máquinas eletrónicas para votação · 2 dia(s)

Benito Gente-fina Boa, si eles nao a ceitar, em melhor chamar os Peritos internacionais mexmo, Forca!!! · 3 dia(s)

Arlindo Nhandumbo Uma proposta que não ofende os princípios democráticos aliás um alicerce de transparência.Ir aos factos.Quem os teme ? · 3 dia(s)

Joao Cabrita Se for uma comissão semelhante à presidida por Armando Guebuza - entretanto extinta sem ter encontrado o dito VOR falso - , talvez daqui a 3 décadas ainda estaremos à procura de quem deu ordens à UIR para irromper por

assembleias de voto no momento da contagem de boletins, levando urnas para parte incerta, entre outros "fenómenos" · 2 dia(s)

Elias Navesse Gramei velho vc não é molengão não · 3 dia(s)

Miguel D Costa Chilengue Forca ai não deixem o povo k vos confiou na decepção · 2 dia(s)

Quisbe Ranguisse melhor dividir o país. por 2. · 2 dia(s)

Mario Barbito Oxigenio e outros, o problema aqui e os advogados nao actuar em tempo ou assaltar assembleias de voto, usar armas nas assembleias de vitis, levar urnas para parte incerta? Voce esta a dizer que deve se organizar contra o roubo enao acabar com os roubos! Nao entendo de outra maneira: tanto e ladrao o que rouba um boi como quem rouba todos que estao no curral! · 2 dia(s)p

Ordem judicial para libertar cristã acusada de blasfémia gera vaga de protestos no Paquistão

O Supremo Tribunal do Paquistão revogou esta quarta-feira a sentença de morte de Asia Bibi, a mulher cristã condenada à morte em 2010 por blasfémia. A decisão histórica desencadeou protestos do grupo islâmico Tehreek-e-Labbaik Pakistan e dos seus apoiantes, causando alarme pelo clima de violência.

Texto: Público de Portugal

O juiz presidente do Supremo, Mian Saqib Nisar, anunciou que Asia Bibi deveria ser “libertada de imediato”, no veredicto de 56 páginas divulgado três semanas depois de a decisão ter sido tomada, a 8 de Outubro.

Os três juizes do Supremo consideraram não haver provas que suportassem as acusações contra Bibi. De acordo com a sentença, as duas mulheres responsáveis pela denúncia “tinham razões para apresentar alegações falsas contra a requerente”. Para além disso, “a acusação falhou categoricamente [na tentativa de] provar o seu caso”, diz-se no documento.

Durante a leitura da sentença foram várias as referências ao Corão e à história do islão, que “tem como princípio base a tolerância”, disse o juiz presidente Nisar. O juiz Asif Khosa acrescentou que “é irónico que na língua árabe o nome da corrente, Asia, signifique ‘pecador’, mas nas circunstâncias do presente caso, ela parece ser uma pessoa, nas palavras do Rei Lear de Shakespeare, ‘mais vítima de culpa, do que mesmo culpada’”.

“Vou sair?”

Asia Bibi, detida há oito anos, disse à AFP que ainda não consegue acreditar na decisão: “Não consigo acreditar no que estou a ouvir, vou sair? Vão deixar-me sair, a sério? Não sei o que dizer, estou muito feliz, não consigo acreditar”.

“O veredicto mostrou que os pobres, as minorias e as classes mais baixas da sociedade podem ter justiça neste país, apesar dos obstáculos”, considerou o seu advogado, Saif-ul-Mulook, ouvido pela mesma agência de notícias. “Este é o dia mais feliz da minha vida.”

O veredicto foi seguido de manifestações e ameaças de morte aos três juizes do Supremo. Apoiantes do grupo político Tehreek-e-Labbaik Pakistan (TLP), que defendem a lei da blasfémia, bloquearam ruas em Lahore, na província do Punjab, e atiraram pedras às autoridades.

Segundo a agência Reuters, o co-fun-

dador do TLP, Muhammad Afzal Qadri, afirmou que os três juizes “mereciam ser mortos”: “Os seus seguranças deviam matá-los, ou os motoristas, ou os cozinheiros. Quem tiver acesso, mate-os antes de anoitecer”. O jornal paquistanês Dawn escreve que cerca de 300 polícias e unidades de paramilitares foram destacadas para a capital, Islamabad, para evitar que os manifestantes chegassem ao Supremo Tribunal, onde a segurança também foi reforçada.

A mulher cristã – uma minoria religiosa no Paquistão –, foi condenada à morte depois de ter entrado num confronto verbal em 2009 com duas mulhuranas, que se recusaram a beber do seu copo de água invocando a sua religião. Após Bibi ter rejeitado as insistências das mulheres para se converter ao islão, estas acusaram-na perante uma multidão de ter insultado Maomé com “três afirmações difamatórias e sarcásticas”, diz o relatório da Comissão Internacional de Juristas.

Bibi sempre se declarou inocente, ainda que a acusação diga que “admitiu” as denúncias num “encontro público” e tenha “pedido perdão”. Em 2016, o seu pedido de recurso foi adiado sem data pelo Supremo Tribunal, depois de um dos juizes se ter escusado do processo. Para além de ter sido a primeira mulher condenada pelo crime de blasfémia no Paquistão, por pouco não se tornava a primeira pessoa a ser executada pelo mesmo.

O Presidente da Comissão dos Estados Unidos para a Liberdade Religiosa Internacional, Tenzin Dorjee, disse em comunicado que o caso de Bibi “ilustra até onde as leis da blasfémia podem ser exploradas para afectar as minorias”, acrescentando que é “perturbador que tenha chegado ao ponto de Bibi quase se ter tornado a primeira pessoa na história do Paquistão a ser executada pelo crime de blasfémia”.

O marido de Bibi, Ashiq Masih, agradeceu aos juizes por lhes terem dado justiça, em declarações ao Dawn: “Estamos muito felizes. Estamos gratos a Deus. Estamos gratos aos juizes por nos terem dado justiça. Sabíamos que ela era inocente”. Contudo, disse que não podem permanecer no Paquistão quando Bibi for libertada, devido à falta de segurança.

“Não saímos de casa e se saímos, temos muito cuidado. A vida no Paquistão é muito difícil para nós”, disse.

Intervenções do Vaticano

O caso obteve atenção internacional em 2010, quando o Papa Bento XVI pediu que Bibi fosse libertada, e, em 2015, o Papa Francisco recebeu uma das suas filhas. Em Fevereiro de 2018, o chefe da Igreja católica recebeu Masih, que disse que a esposa “estava pronta e disposta a morrer por Cristo”.

O governador da província de Punjab, Salmaan Taseer, foi assassinado pelo seu guarda-costas em 2011, após ter defendido Bibi e ter criticado as leis da blasfémia. O seu assassino, Mumtaz Qadri, é celebrado como mártir desde que foi condenado à morte pelo crime, estando até na base da criação do TLP, o partido responsável pelo clima de violência que se faz sentir. O ministro das Minorias, Shahbaz Bhatti, foi também assassinado em 2011, após pedir justiça para Bibi.

O filho do governador assassinado, Shahbaz Taseer, disse ao diário The Guardian que finalmente havia justiça: “É uma grande vitória para o meu pai, para o Paquistão, para os pobres, para o sistema judicial, para todas as pessoas marginalizadas neste país. Vi tanto na minha curta vida, nunca vi nada assim. Fui libertado [após cinco anos em cativeiro depois de ter sido raptado pelos taliban] no mesmo dia que Mumtaz Qadri [o assassino do seu pai] foi enforcado. Mas isto é ainda melhor, isto é justiça, finalmente”.

O director da Amnistia Internacional para o Sul da Ásia, Omar Waraich sublinhou que “este é um veredicto histórico e uma vitória importante para a tolerância religiosa no Paquistão”. Acrescentou ainda que “as leis da blasfémia não vão ser mais usadas para perseguir as minorias religiosas que há muito sofrem”. Segundo o relatório de 2018 da Comissão dos Estados Unidos para a Liberdade Religiosa Internacional, foram registados 100 casos de condenações por blasfémia desde 2011. Muitas dessas pessoas encontram-se detidas pelo crime e 40 aguardam sentenças de morte. Outras foram mortas por multidões, independentemente da veracidade das acusações, diz o relatório.

Enfermeiro admite ter morto 100 pacientes e torna-se no maior assassino em série da Alemanha pós-guerra

Um enfermeiro alemão confessou em depoimento, nesta terça-feira, ter assassinado 100 pacientes com injeções letais para poder desempenhar o papel de herói ao tentar reanimá-los, tornando-se no maior assassino em série da Alemanha no período pós-guerra.

Texto: Agências

Quando o juiz Sebastian Buehrmann perguntou a Niels Hoegel, de 41, se as acusações apresentadas contra ele eram válidas, o enfermeiro respondeu que sim, acrescentando: “Tudo que eu confessei é verdade.”

Hoegel escondeu o rosto atrás de uma pasta azul enquanto era escoltado por policiais e o seu advogado ao tribunal na cidade de Oldenburg.

Em 2015, ele já havia sido condenado a 15 anos de prisão depois de ser con-

siderado culpado de matar dois pacientes com o uso de injeções letais.

Em Janeiro, procuradores apresentaram novas acusações contra ele pelo assassinato de outras 97 pessoas. A corte disse em comunicado que o número subiu para 100.

A confissão de Hoegel não encerra o julgamento, no qual as famílias das vítimas esperam descobrir mais informações sobre os crimes. “Queremos que ele receba a sentença que

merece”, disse Frank Brinkers, cujo pai morreu por uma overdose supostamente provocada por Hoegel. “Quando esse julgamento acabar, queremos deixar essa história toda no passado.”

Procuradores da cidade alemã de Oldenburg dizem que uma investigação e relatórios toxicológicos mostram que Hoegel injectou drogas possivelmente letais em 35 pessoas em uma clínica de Oldenburg e em 62 outras em Delmenhorst.

Tempestades na Itália causam pelo menos 11 mortos

Pelo menos 11 pessoas morreram na Itália, à medida que violentas tempestades assolam o país pelo terceiro dia consecutivo, com diversas regiões em estado de alerta.

Texto: Agências

As estruturas de protecção da elegante cidade litorânea de Rapallo, localizada no noroeste italiano, foram destruídas por ventos intensos de madrugada, permitindo a invasão das águas, que viraram iates e causaram graves danos na área do porto.

Nesta terça-feira, a agência declarou o nível de alerta mais alto para várias regiões, a maioria no norte, onde as tempestades devem continuar durante todo o dia.

Um alerta laranja, o segundo maior da escala, foi emitido para as regiões centrais de Abruzzo e Lazio, que inclui a capital Roma, onde os ventos superaram os 100 km/h na segunda-feira. Também na segunda-feira, autoridades de Veneza proibiram o acesso à Praça de São Marcos, que ficou seriamente inundada.

→ continuação Pag. 14 - Em conferência internacional das Telecomunicações, no Dubai: Mesquita partilha experiências de Moçambique

Sociedade



sinal gratuito de internet num espaço público definido, cujo principal impacto é a democratização do uso da internet em Moçambique.

“Os usuários das praças digitais montadas pelo Governo, através do FSAU, estão a explorar as vantagens do mundo digital para o aumento do seu conhecimento, conectividade com o mundo, desenvolvimento da economia digital, entre outras vantagens”, enfatizou Carlos Mesquita, para quem “o acesso sem restrições ou discriminação aos serviços de telecomunicações e à informação é um direito inquestionável dos cidadãos em todo o território nacional”.

Num outro desenvolvimento, o ministro dos Transportes e Comunicações afirmou que os projectos de expansão e acesso à rede de telecomunicações estão a ser acompanhados por medidas que garantem o reforço da segurança cibernética dos usuários.

“Por exemplo, desenvolvemos a Estratégia Nacional e o Regulamento de Segurança Cibernética, Lei das Transacções Electrónicas, por forma a garantir o combate aos crimes cibernéticos, no que se refere ao acesso não autorizado dos dados pessoais dos cidadãos, ao abuso de menores, entre outros malefícios”, acrescentou.

O Governo moçambicano está a trabalhar igualmente na redução dos preços dos equipamentos de telecomunicações, redução do custo de roaming, entre outras acções que promovam maior e melhor acesso dos cidadãos aos serviços de telecomunicações.

Na sua intervenção, o governante referiu-se, também, ao processo de migração da radiodifusão analógica para digital, que deverá estar concluído até o próximo mês de Dezembro.

À margem da Conferência da UIT, o Ministro dos Transportes e Comunicações manteve encontros com dirigentes de organismos internacionais que tutelam as telecomunicações, com destaque para o Presidente da União Internacional das Telecomunicações, um organismo da ONU sobre esta matéria.

Supremo espanhol começa a julgar 18 independentistas em Janeiro

A Sala Penal do Tribunal Supremo de Espanha anunciou o fim da fase de investigação por rebelião de 18 independentistas catalães, incluindo o ex-presidente da Generalitat, Oriol Junqueras, e decidiu iniciar o julgamento.

Os procuradores têm agora cinco dias uteis para apresentarem as acusações e penas pretendidas e prevê-se que os acusados se sentem no banco dos réus a partir de Janeiro.

O Supremo recusa assim as centenas de diligências pedidas pelas defesas, considerando que o que estas solicitam são declarações e provas que podem realizar-se na fase de julgamento.

Os magistrados confirmam assim o auto de conclusão assinado pelo juiz Pablo Llarena, responsável pela fase de instrução, aberta a 31 de Outubro de 2017. Neste, Llarena declarava ainda "em rebeldia" os processados que estão fora do país, incluindo o ex-líder catalão que proclamou a independência, Carles Puigdemont.

Considera-se que todos, os que estão na cadeia, em prisão preventiva ou no estrangeiro, tiveram um papel essencial numa conspiração alegadamente iniciada em 2012 no interior do governo da Catalunha para declarar a independência – com esse objectivo, violaram a Constituição, as leis estatais e ignoraram dezenas de resoluções do Tribunal Constitucional que

anulavam as iniciativas aprovadas pela Generalitat e pelo parlamento autonómico para fazer avançar o tal plano.

Não se esperam surpresas em relação à acusação: a Procuradoria já sugeriu que manterá a acusação mais grave, o delito de rebelião, para o qual se prevê uma pena máxima de 30 anos, mas provavelmente pedindo a pena mínima para detentores de cargos públicos, 15 anos de prisão.

Os partidos independentistas com eleitos no Congresso, a Esquerda Republicana da Catalunha (ERC, de que Junqueras é líder), e a Juntos pela Catalunha (JxCat, a lista criada por Puigdemont para as eleições de Dezembro do ano passado, quando já estava em Bruxelas), têm pressionado o Governo de Pedro Sánchez para que o Ministério Público retire a acusação de rebelião. A única mudança possível, sugere a imprensa catalã, seria uma acusação de "conspiração para rebelião". Para além deste crime, todos podem ser acusados de desobediência e desvio de fundos.

Na cadeia estão nove dos processados – para além de Junqueras, estão presos há quase um ano

a ex-presidente do parlamento catalão, Carme Forcadell, e os antigos conselheiros (ministros) Dolors Bassa, Raül Romeva, Josep Rull, Jordi Turull e Joaquim Forn; há mais de um ano estão já na cadeia os líderes das principais organizações independentistas, Jordi Cuixart e Jordi Sánchez (entretanto eleito como deputado nas listas da JxCat).

Serão ainda julgados três ex-conselheiros que foram detidos mas depois postos em liberdade, Carles Mundó, Meritxell Borràs e Santi Vila; os soberanistas que eram membros da mesa do parlamento na anterior legislatura, Lluís Corominas, Anna Simó, Lluís Guiné, Ramona Barrufet e Joan Josep Nuet; para além de Mireia Boya (ex-deputada da CUP, Candidatura de Unidade Popular, à esquerda da ERC).

O Supremo conta iniciar o julgamento no início de Janeiro mas quer fazer a chamada audiência de pronunciamiento prévio ainda antes do Natal. O conjunto de sete magistrados que julgarão o processo consideram que este se prolongará pelo menos por três meses, o que deverá atirar a sentença para lá das eleições autonómicas e municipais em toda a Espanha, previstas para 26 de Maio.

Texto: Público de Portugal

Merkel não se recandidata à liderança da CDU

A chanceler alemã Angela Merkel disse numa comunicação na sede da CDU que não se recandidatará à liderança do partido, que ocupa desde 2000, no congresso de Dezembro. Contudo, pretende manter-se como chanceler até ao fim do mandato, em 2021.

Texto: Público de Portugal

Merkle anunciou esta segunda-feira "um novo capítulo", no qual não vai ser candidata a "nenhum cargo político" na Alemanha nas próximas eleições. A chanceler disse assumir "toda a responsabilidade pelo que aconteceu desde as eleições do ano passado", mas descreveu o quadro do actual Governo como "inaceitável". Os problemas vão para além da comunicação, por isso a saída da liderança da CDU vai-lhe permitir focar-se nos desafios do Governo, explicou.

Lembrou ainda que é líder da CDU há 18 anos e há quase 13 anos chanceler, desde 2005, afirmando estar "muito grata" pela oportunidade de servir o país. "Não nasci chanceler", disse.

Segundo os meios de comunicação alemães, o antigo líder do grupo parlamentar do partido, Friedrich Merz, é um dos candidatos a sucessor da chanceler na União Democrata-Cristã (CDU). Também a secretária-geral da CDU, Annegret Kramp-Karrenbauer, conhecida como "mini-Merkel" na imprensa estrangeira, já assumiu a sua candidatura. O ministro da Saúde e crítico da chanceler, Jens Spahn, também estará na corrida, diz a Reuters.

Merkel, que durante anos disse que o

cargo de chanceler deveria pertencer ao líder do partido, parece estar a seguir os passos do seu antecessor, Gerhard Schröder. Este também permaneceu chanceler da Alemanha depois de ter deixado o seu cargo enquanto líder da coligação entre o Partido Social Democrata (SPD) e os Verdes, em 2004.

A chanceler planeava candidatar-se a mais um mandato enquanto líder do partido na conferência de Dezembro, ainda que se mostrasse pressionada face às fragilidades do Governo de coligação.

"A CDU está num ponto de viragem", disse o líder regional da CDU na Turíngia, Mike Mohring, ao jornal alemão Die Welt. "Eu disse ao longo destes dias que Angela Merkel sabe o que é o melhor a fazer, e decidiu-se. Temos de o respeitar". Acrescentou ainda que o importante é "restaurar a confiança das pessoas na CDU".

Especulava-se que o futuro do Governo de coligação alemão pudesse depender dos resultados das eleições no estado federado do Hesse. Agora, a decisão de Merkel pode deixar a líder do SPD, Andrea Nahles, sob pressão para também deixar o cargo. Merkel e Nahles vão encontrar-se durante o fim-de-semana para discutir o resultado das eleições.

Nahles, que não comentou a saída da chanceler, agendou também uma reunião com a liderança do SPD para definir o futuro da coligação, e eventualmente a sua saída da mesma. Se isso acontecer, Merkel ficará num Governo minoritário, o que pode provocar eleições antecipadas - uma situação arriscada para os partidos fragilizados.

No Hesse, o partido de Merkel obteve os piores resultados desde 1966, segundo as sondagens provisórias das eleições. A estação de televisão pública ZDF mostra que a CDU venceu a eleição com 27,2% dos votos, e que os sociais-democratas, seus parceiros no Governo alemão, obtiveram 19,6%, o pior resultado desde 1946.

Por último, o Partido Liberal-Democrata (FDP) obteve 7,4% e Die Linke (A Esquerda), 6,6%. É a primeira vez que todos os partidos conseguem um lugar num parlamento de um estado federado.

A CDU tem protagonizado um conflito interminável com a União Social Cristã (CSU) – o seu partido gémeo na Baviera, que há duas semanas sofreu um dos piores resultados eleitorais da sua história, por causa das divergências sobre a política migratória.

Surto de ebola na RD do Congo chega a 266 casos, com 168 mortes prováveis

O surto de ebola que avança no noroeste da República Democrática do Congo (RDC) há quase três meses já gerou 266 possíveis casos, incluindo 168 mortes, segundo o último relatório sobre a epidemia feito pelo Ministério de Saúde do país.

Texto: Agências

Do total de contágios, 231 foram confirmados em laboratório enquanto os 35 restantes correspondem a casos que não puderam ser corroborados cientificamente.

Do mesmo modo, no número de mortos há 133 confirmados em laboratório e 35 mortes catalogadas como "casos prováveis".

Além disso, actualmente há outros 42 casos em processo de investigação. O número de pessoas que se recuperaram da doença chega a 70 e a de vacinados a 23.284.

Os dados foram actualizados até 27 de Outubro, a ponto de se completar três meses do início oficial do surto.

Indonésia descarta sobreviventes após acidente com avião com 189 pessoas

As autoridades da Indonésia disseram que não esperam encontrar sobreviventes após o acidente ocorrido nesta segunda-feira com o avião da companhia aérea de baixo custo Lion Air, com 189 pessoas a bordo, que caiu no Mar de Java poucos minutos depois de decolar do aeroporto de Jacarta.

Texto & Foto: Agências

"O meu prognóstico é que ninguém sobreviveu", declarou à imprensa local o general de brigada Bambang Suryo Aji, da agência de busca e resgate Barsana, em Jacarta.

As equipas de resgate encontraram os primeiros corpos entre os destroços do avião que flutuam no mar de Java em uma zona cerca de oito quilómetros a leste da península de Tanjung Karawang, local onde o avião desapareceu dos radares.

A operação lançada para localizar o Boeing 737 acidentado não encontrou nenhum sobrevivente até o momento, indicou à Agência Efe o chefe das operações de emergência da Indonésia, Agus Hariono.

O voo JT 610 da companhia de baixo custo caiu cerca de 13 minutos depois de decolar do aeroporto de Jacarta às 6h20 locais (20h20 de domingo em Brasília) rumo a Pangkal Pinang, na ilha de Bangka.

Na aeronave viajavam 181 passageiros, entre eles dois bebés e uma criança, e sete tripulantes (dois pilotos e cinco comissários de bordo), segundo números oficiais. No entanto, outras autoridades aumentaram para seis o número de comissários de bordo, elevando o total de vítimas para 189.

De acordo com vários veículos de imprensa locais, a aeronave caiu de uma altitude de 2,5 mil metros na baía de Karawang, onde a profundidade do mar é de entre 30 e 35 metros.

O especialista em aviação Gerry Soejatman comentou nas redes sociais que os destroços encontrados indicam que a "aeronave teria caído na água a grande velocidade".

Cerca de 160 soldados de salvamento em várias embarcações e helicópteros estão no local do acidente em busca de sobreviventes e das caixas-pretas do avião, que servirão para esclarecer o que ocorreu.

O avião da Lion Air sofreu "problemas técnicos" durante um voo no domingo, mas estes foram "resolvidos" antes da decolagem de hoje, indicou Edward Sirait, diretor-executivo da companhia aérea, em entrevista coletiva.

Antes de cair, o piloto tinha solicitado o retorno ao aeroporto da capital indonésia, que foi concedido, mas não enviou um sinal de emergência antes do acidente, indicaram as autoridades.

A aeronave, um Boeing 737, entrou em funcionamento em meados de Agosto e contava com 800 horas de voo.

Desavindos em tudo o resto, UE e Turquia apregoam sintonia na resposta à crise de refugiados

Nos dias que correm, entre Bruxelas e Ancara distam bastante mais do que os 3 mil quilómetros que as separam. Quer na capital belga, onde tem sede o grosso da máquina política e burocrática da União Europeia – e que é aqui referida simbolicamente –, quer na capital da Turquia, onde Recep Tayyip Erdogan vai perpetuando o seu poder, ninguém esconde que as relações entre os dois blocos arrefeceram, e muito, nos últimos anos.

Texto: Público de Portugal

Na Europa aponta-se o dedo à deriva autoritária de Erdogan pós-tentativa falhada de golpe de Estado e às ofensivas militares turcas na Síria; na Turquia critica-se o clima opressivo e xenófobo contra a sua diáspora de milhões, em países como a Alemanha, a Holanda ou a Áustria. E pelo meio há ainda um processo congelado de adesão turca à UE. Mas é neste ambiente de tensão máxima que os dois vão desenvolvendo e aprofundando alguns dos mais arrojados e dispendiosos programas de apoio a refugiados da actualidade.

Nos últimos dois anos foram mais de 70 os projectos de ajuda humanitária, de educação, de saúde, de apoio social, de habitação, de infra-estruturas ou de gestão migratória realizados em território turco com fundos europeus e direccionados aos quase 4 milhões de refugiados que, de acordo com o Ministério do Interior da Turquia, se encontram actualmente no país.

Entre contribuições dos Estados-membros e alocações do orçamento comunitário, foram libertados mais de 3 mil milhões de euros dos cofres europeus, correspondentes ao período 2016-2017, para o programa de apoio aos refugiados. A eles se acresce um princípio de acordo, entre Bruxelas e Ancara, para a afectação de outros 3 mil milhões, apontados ao período 2018-2019.

A estreita cooperação entre turcos e europeus na assistência aos refugiados na Turquia nasceu do controverso acordo assinado em 2016 para regular o fluxo migratório, que incluiu a concepção de um sistema de deportação para a Turquia de todos os imigrantes que cheguem à Grécia de forma ilegal. Em troca, para além da promessa europeia de financiamento de programas de apoio humanitário, a UE comprometeu-se a receber um refugiado sírio por cada pessoa reenviada das ilhas gregas para a Turquia.

Dois anos depois e apesar das acusações de “imoralidade” e “ilegalidade” dirigidas por organizações humanitárias e dirigentes políticos – que entendem que a UE está a pagar a Ancara para não ter de se preocupar com mais refugiados –, a Comissão

Europeia congratula-se com a redução em 97% das entradas irregulares através do mar Egeu. E a Turquia agradece a generosidade europeia para lidar com o fluxo sem precedentes de pessoas, que nos últimos anos a transformaram no país com maior número de refugiados do mundo.

“Não nos queremos intrometer”

Em Bruxelas e Ancara há, por isso, a perfeita noção de que a manutenção do mecanismo existente é vantajosa para toda a gente – o comissário europeu para as Migrações Dimitris Avramopoulos fez referência a isso mesmo, em Março, dizendo que o mesmo “é do interesse de todos” e garantindo que os fundos são para projectos e não para “o Governo turco”. Mas como se coopera neste âmbito – e com estas quantias envolvidas – estando de costas voltadas em praticamente tudo o resto?

Mathias Eick, que dirige o gabinete de comunicação da representação de Ancara da ECHO – o organismo da Comissão Europeia responsável pela ajuda humanitária e protecção civil –, não tem problemas em assumir que a “tensão existe” e que a parceria humanitária “também sente essa pressão adicional” criada por um momento “difícil” nas relações entre os blocos. O segredo, no entanto, tem sido a capacidade das partes, e particularmente da UE, em manter o foco numa “abordagem estritamente humanitária”.

“Neste tipo de projectos é essencial não desafiar a comunidade anfitriã. Não estamos a imiscuir-nos nas competências do Estado [turco], não nos queremos intrometer. Estamos aqui para contribuir e prestar apoio”, explica Eick. “E a cooperação tem sido sempre bastante construtiva”.

O princípio da “não-intromissão” europeia na implementação do programa de assistência, destacado pelo funcionário da ECHO, está muito presente na natureza dos próprios projectos. Isto porque, excluindo o financiamento, à UE acresce apenas um papel de acompanhamento e monitorização. Quem implementa de facto os projectos são organiza-

ções e agências de cariz humanitário, como o Crescente Vermelho Turco, a UNICEF, a WFP ou a Relief International, em colaboração com as autoridades turcas.

Vantagens de um Estado forte

Com maior ou menor polémica, a sociedade humanitária Bruxelas-Ancara parece estar a dar frutos. De acordo com os dados recolhidos pela ECHO, dos 4 milhões de refugiados que residem na Turquia – entre os quais 3,5 milhões de sírios, que beneficiam de protecção temporária, para além de iraquianos, afgãos, iranianos e somalis –, “apenas” 180 mil se encontram, actualmente, em campos de acolhimento geridos pelas autoridades turcas.

Através do mecanismo de assistência, cerca 1,3 milhões de refugiados estão a receber assistência financeira para as suas necessidades básicas – através do ESSN, o maior programa humanitário da história da UE – e 300 mil crianças estão envolvidas em programas de educação. O programa ajudou ainda à realização de mais de 760 mil consultas de cuidados de básicos de saúde.

A implementação bem-sucedida de alguns dos projectos também encontra explicação nas características específicas do Estado turco. “A UE costuma trabalhar e gerir projectos humanitários em Estados fracos. Mas a Turquia é um Estado forte, o que nos traz uma enorme vantagem na concepção e execução dos projectos”, afirma Mathias Eick. “Só o facto de a Turquia possuir um sistema bancário eficiente já nos permite uma série de possibilidades para a aplicação dos fundos”, exemplifica.

Por enquanto, turcos e europeus estão satisfeitos com a cooperação. Mas os próximos capítulos da guerra na Síria poderão alterar as circunstâncias dos refugiados na Turquia, quer pela possível chegada de mais pessoas, quer pelo eventual regresso dos que lá estão. Uma e outra situação colocarão à prova o acordo de 2016 e a resistência de uma parceria isolada numa relação conflituosa.

A mulher húngara que agrediu refugiados a pontapé foi absolvida

Em Setembro de 2015, a crise de refugiados começou a acordar a Europa. Nesse ano, mais de 1 milhão de pessoas atravessaram o Mar Mediterrâneo à procura de refúgio. A mar e a pé, centenas de milhar de pessoas percorreram quilómetros de distância sob condições extremas. Entre eles estavam refugiados sírios, que fugiam da guerra e dos grupos islâmicos extremistas no país. Foi num desses momentos que uma operadora de câmara húngara, Petra Laszlo, foi filmada a fazer rasteiras e a pontapear refugiados sírios — incluindo crianças — na fronteira da Sérvia com a Hungria. As imagens, registadas por um jornalista no local, percorreram vários jornais. Em Janeiro de 2017 foi condenada a três anos de liberdade condicional. Agora, o Supremo Tribunal de Justiça da Hungria decidiu absolvê-la de todos os crimes.

Texto: Público de Portugal



As imagens da violência gratuita de Laszlo foram partilhadas e rapidamente se quis saber quem era a mulher. Laszlo foi despedida do canal televisivo onde trabalhava e considerada culpada pelas agressões. Mas o Supremo Tribunal de Justiça da Hungria considerou esta terça-feira que, apesar de “ilícitas e moralmente incorrectas”, as suas agressões não foram suficientemente graves para serem classificadas como criminosas. Em vez disso, as agressões foram classificadas como “distúrbios”.

De câmara na mão, Petra Laszlo tem uma máscara a tapar-lhe o rosto. À sua volta, centenas de pessoas correm depois de romper uma barreira policial, em Szeged, em busca de asilo. Entre elas há crianças, umas que correm, outras carregadas ao colo pelos pais. Sem largar a câmara, Petra Laszlo começa a distribuir pontapés a quem passa por si. Um dos momentos registados mostra pai e filho de 7 anos a caírem ao chão. Pai e filho, Abdul Mohsen e Zaid, que constam na fotografia que ilustra este artigo, conseguiram asilo em Espanha, onde o homem é hoje treinador de futebol, conta a BBC.

À CNN, em 2015, Abdul Mohsen recordaria o episódio. “A indiferença das autoridades húngaras conduziu aquela situação, fazendo com que os migrantes rompessem com a barreira policial e procurassem a vila mais perto, a cerca de três quilómetros.”

Na Hungria, a gestão da crise de refugiados tem sido tudo menos fácil e pacífica. Em 2015, o país declarou estado de emergência para impedir a entrada de refugiados. Este 2017, a Hungria aprovou um plano para deter imigrantes e refugiados em campos junto das suas fronteiras. A medida foi considerada uma violação da lei da União Europeia. À data, as Nações Unidas avisaram a uma decisão teria um “impacto físico e psicológico terrível” nos que procuram asilo político. Viktor Orbán, primeiro-ministro da Hungria, exigiu ainda a contribuição da União Europeia com uma verba de 400 milhões de euros para ajudar a pagar a construção de uma vedação ao longo de toda a sua fronteira.

Já este ano, o Governo húngaro recusou garantir alimentação aos requerentes de asilo que tenham visto o seu pedido recusado para os obrigar a regressar à Sérvia, abdicando do direito de recorrerem da decisão. Meses mais tarde, no Dia Mundial dos Refugiados, o Parlamento húngaro aprovou um pacote legislativo que tornou crime prestar auxílio a quem entre no país sem documentos legais – mesmo que para pedir asilo.

Indonésia recupera caixa negra do avião que caiu com 189 pessoas a bordo

As autoridades indonésias encontraram esta quinta-feira a caixa negra do avião da Lion Air que caiu na segunda-feira no mar de Java, com 189 pessoas a bordo, avançou a imprensa local.

Texto: Público de Portugal

Canais de televisão no país exibiram imagens das equipas de busca e resgate a retirar o aparelho, um dia depois de terem sido detectados sinais sonoros no mar que as autoridades acreditavam ser da caixa do avião.

O Boeing 737 MAX 8 caiu no Mar de Java apenas 13 minutos depois da decolagem de Jacarta, na Indonésia, matando todas as 189 pessoas que estavam a bordo.

O chefe do Comité Nacional de Segurança nos Transportes indonésio, Soerjanto Tjahjono, afirmou na quarta-feira que um relatório preliminar da investigação do

acidente deve ser divulgado dentro de um mês e o documento final entre quatro a seis meses.

No mesmo dia, o Governo indonésio pediu o afastamento de funções do director técnico da Lion Air e de vários funcionários da companhia aérea de baixo custo.

“Hoje [quarta-feira] vamos pedir que o director técnico da Lion Air seja afastado de funções e substituído por outras pessoas assim como alguns técnicos” que aprovaram a decolagem do Boeing 737, disse aos jornalistas o ministro dos Trans-

portes, Budi Karya Sumadi.

O avião estava ao serviço da companhia aérea indonésia há poucos meses e tinha registado um problema técnico no voo anterior que, segundo o director da empresa, tinha sido resolvido.

O aparelho fazia a ligação entre Jacarta e Samatra despenhou-se no mar de Java minutos depois de ter levantado voo, tendo emitido uma autorização para regressar ao aeroporto da capital da Indonésia.

Ainda não se conhecem os motivos do acidente.

Moçambola 2018: Ferroviário da Beira entrega, com goleada, bi-campeonato à União Desportiva do Songo

O Ferroviário da Beira entregou, com uma goleada sobre o homónimo de Maputo, o bi-campeonato nacional de futebol à União Desportiva do Songo (UDS), que em Quelimane comemorou com um empate o feito inédito para uma equipa de fora de Maputo. Há 3 épocas que os "grandes" da capital tem sido incapazes de chegar ao título do Moçambola.

Faltando ainda uma jornada para o término do Moçambola os "hidroeléctricos" asseguraram a reconquista do título sem sequer precisarem de vencer na difícil deslocação à cidade de Quelimane.

munda enfim acertou com a baliza do 1º de Maio e fez o empate.

"É uma grande emoção para a vila e província de Tete" disse Edson Fijamo, o treinador adjunto da UDS,



Embora Dudu tenha inaugurado o marcador, logo no segundo minuto do jogo de cabeça, mostrando a vontade dos "trabalhadores" prosseguiram a sua luta pela manutenção no campeonato nacional e adiando por mais uma semana a inevitável reválida do título pela União Desportiva do Songo há cerca de 500 quilómetros, no minuto a seguir, Andro, também de cabeça, fuzilou para o fundo das redes do Ferroviário de Maputo.

O intervalo chegou e a União já podia comemorar o título.

Da Beira continuavam a chegar os gritos de golo, no minuto 59 João recuperou uma bola mal aliada pela defesa dos "locomotivas" de Maputo e com o pé direito colocou forte no canto mais longe da baliza de Ernani.

No minuto 80 Dayo recebeu a meio campo, deixou para trás os opositores pelo flanco direito e serviu Nelito que na passada rematou sem chances para Ernani que até saiu aos pés do avançado beirense.

Mas a festa do título começou, em Quelimane, quando Mário Sina-

acrescentando que o segredo no bi foi "Humildade, dar continuidade o que estava a fazer a outra equipa técnica. Nós pegamos a equipa, dos maus resultados e começamos a trabalhar dali para atingir os objectivos".

A União Desportiva do Songo além de ter alcançado o seu primeiro bi-campeonato tornou-se na primeira equipa de fora de Maputo a conseguir dois títulos do Moçambola.

Fechadas as contas do títulos continua em aberto a luta pela permanência, Ferroviário de Nacala, Universidade Pedagógica de Manica ou 1º de Maio de Quelimane digladiam-se para não se juntarem ao Sporting de Nampula.

Eis os resultados da 29ª e penúltima jornada:

Incomati	1	x	1	Clube de Chibuto
Sporting Nampula	1	x	1	Desportivo de Nacala
Maxaquene	1	x	1	U. P. de Manica
1º de Maio Quelimane	1	x	1	União Desp. de Songo
ENH Vilanculo	0	x	0	Costa do Sol
Ferroviário da Beira	3	x	0	Ferroviário de Maputo
Textafrika	1	x	0	Liga Desp. de Maputo
Ferroviário de Nacala	2	x	1	Ferroviário de Nampula

Texto: Adérito Caldeira • Foto: CAF

A classificação está assim ordenada:

P	Equipas	J	V	E	D	BM	BS	P
1º	União Desportiva do Songo	29	17	7	5	37	24	58
2º	Ferroviário de Maputo	29	17	3	9	30	22	54
3º	Liga Desportiva de Maputo	29	14	6	9	35	25	48
4º	Ferroviário de Nampula	29	12	9	8	42	30	44
5º	Clube de Chibuto	29	11	9	9	36	21	42
5º	Textafrika	29	11	9	9	25	31	42
7º	Maxaquene	29	10	11	8	32	27	41
8º	Ferroviário da Beira	29	10	9	10	37	26	39
8º	Costa do Sol	29	9	12	8	22	14	39
10º	Desportivo de Nacala	29	9	8	12	23	25	35
10º	ENH de Vilanculo	29	9	8	11	20	27	35
10º	Incomati	29	8	11	10	19	21	35
13º	Ferroviário de Nacala	29	8	10	11	17	23	34
14º	U. Pedagógica de Manica	29	7	10	12	22	33	31
14º	1º de Maio de Quelimane	29	8	7	14	22	33	31
16º	Sporting de Nampula	29	4	8	17	18	53	20

Confira todos os campeões nacionais de futebol:

- 2018 - União Desportiva do Songo
- 2017 - União Desportiva do Songo
- 2016 - Ferroviário Beira
- 2015 - Ferroviário de Maputo
- 2014 - Liga Desportiva de Maputo
- 2013 - Liga Desportiva de Maputo
- 2012 - Maxaquene
- 2011 - Liga Desportiva de Maputo
- 2010 - Desportiva de Maputo
- 2009 - Ferroviário de Maputo
- 2008 - Ferroviário de Maputo
- 2007 - Costa do Sol
- 2006 - Desportivo de Maputo
- 2005 - Ferroviário de Maputo
- 2004 - Ferroviário de Nampula
- 2003 - Maxaquene
- 2002 - Ferroviário de Maputo
- 2000/01 - Costa do Sol
- 1999/00 - Costa do Sol
- 1998/99 - Ferroviário de Maputo
- 1997 - Ferroviário de Maputo
- 1996 - Ferroviário de Maputo
- 1995 - Desportivo de Maputo
- 1994 - Costa do Sol
- 1993 - Costa do Sol
- 1992 - Costa do Sol
- 1991 - Costa do Sol
- 1990 - Matchedje
- 1989 - Ferroviário de Maputo
- 1988 - Desportivo de Maputo
- 1987 - Matchedje
- 1986 - Maxaquene
- 1985 - Maxaquene
- 1984 - Maxaquene
- 1983 - Desportivo de Maputo
- 1982 - Ferroviário de Maputo
- 1981 - Têxtil do Punguê
- 1980 - Costa do Sol
- 1979 - Costa do Sol
- 1978 - Desportivo de Maputo
- 1977 - Desportivo de Maputo
- 1976 - Textáfrika

Sociedade

Standard Bank apoia massificação de ténis em escolas primárias

Terminou, no sábado, 27 de Outubro, o torneio inter-escolar de ténis, inserido no âmbito do projecto de massificação da modalidade, promovido pelo Standard Bank em parceria com a Federação Moçambicana de Ténis (FMT), e que envolveu alunos de seis escolas primárias das cidades de Maputo e Matola.

Texto & Foto: www.fimde semana.co.mz



A fase final da competição contou com a participação de 60 alunos das escolas EPC de Lhanguene Centro, EPC Minkadjuine, EPC Bagamoyo-Matola, EPC de Wiryamu, Escola Primária Amílcar Cabral e a Escola Primária Lhanguene Piloto, seleccionados nos torneios intraescolares, que consistiram na realização de jogos para o apuramento dos 10 melhores em cada instituição de ensino, sendo cinco em cada categoria (masculinos e femininos).

O projecto de massificação de ténis, de acordo com o director de Marketing e Comunicação do Standard Bank, Alfredo Mucavela, visa tornar esta modalidade comum e praticada por todas as classes sociais, daí o envolvimento das escolas primárias.

"Pela sua natureza o ténis é associado à elite. Por isso, fomos às escolas buscar crianças que gostam de desporto. A ideia é incentivá-las a praticar esta modalidade pois só assim é que podemos descobrir talentos", enfatizou Alfredo Mucavela.

Num outro desenvolvimento, o director de Marketing e Comunicação do Standard Bank fez uma avaliação positiva do primeiro ano da iniciativa e garantiu que nas próximas edições serão envolvidas mais escolas. "Vamos fazer estes ciclos de massificação todos os anos a anteceder o Standard Bank Open".

"O que pretendemos é dar espaço às crianças no Standard Bank Open, onde poderão familiarizar-se com a modalidade e conviver com grandes estrelas nacionais e estrangeiros", acrescentou Alfredo Mucavela, que se mostrou satisfeito pelo entusiasmo e vontade demonstrados pelas crianças, bem como pelo envolvimento dos parceiros.

Por seu turno, a directora nacional adjunta dos Desportos, Cláudia Simbine, congratulou o Standard Bank pela iniciativa, que, na sua opinião, vai ajudar a alcançar um dos objectivos do Governo, que é a massificação do desporto e da sua prática, através do envolvimento das escolas.

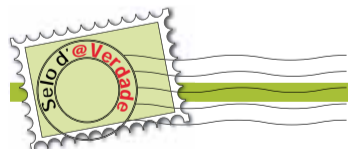
"O ténis, em 2015, em Cabo Delgado, passou a fazer parte dos Jogos Escolares e gostaríamos que, se possível, os promotores desta iniciativa (Standard Bank e FMT) envidassem esforços no sentido de lançar a modalidade noutras províncias e dar oportunidade a outras crianças. A partir desta experiência, estes petizes vão sonhar em ser grandes tenistas, como os que vemos hoje em dia a nível mundial", referiu a directora nacional adjunta dos desportos.

Cláudia Simbine foi secundada pelo chefe do departamento do Desporto Escolar, no Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MEDH), Luís Amiel, que apelou à capacitação de mais técnicos e professores de educação física com vista à dinamização da prática desta modalidade nas escolas.

"É gratificante sabermos que temos um parceiro (o Standard Bank) que está a promover uma iniciativa de massificação do ténis. É importante dar aos alunos a oportunidade de praticar esta e outras modalidades. A iniciativa começou nas cidades de Maputo e Matola mas a nossa vontade é vê-la replicada pelas capitais provinciais", disse Luís Amiel.

Válter Marta, um dos participantes e que ocupou o primeiro lugar em masculinos, louvou o projecto e manifestou vontade de continuar a praticar a modalidade. "Sinto-me preparado e quero vencer mais vezes. Tivemos uma boa formação e gostaria que o Standard Bank continuasse a promover esta iniciativa nas escolas".

Importa realçar que o torneio inter-escolar teve como vencedores, em ordem crescente, Válter Marta (EPC Minkadjuine), Alberto Manuel (EPC de Wiryamu) e Dionísio Júnior (EPC de Bagamoyo-Matola), em masculinos, e Sónia Levi (EPC de Bagamoyo-Matola), Aliya Nelson (EPC de Lhanguene Centro) e Argentina Macamo (EPC de Lhanguene Centro).



Mesmo que houvesse (milagrosamente) novas vacinas, novos testes e novos medicamentos, a TB em 12 anos não seria erradicada*

"A arte é longa, a vida breve, a experiência enganadora, o juízo difícil e a oportunidade fugidia", Hipócrates

Tuberculose (TB)...erradicada em 12 anos? Nem nos melhores sonhos...

Bem gostaria que fosse possível. Que bela prenda teria nos meus 80 anos! Todos nós gostaríamos. Mas os números não sonham. Erradicar significa uma incidência (número de casos novos por ano) igual ou inferior a 10 casos por 100 mil habitantes.

O nosso país, a África do Sul e as Filipinas

são os únicos no mundo que têm taxas de incidência superiores a 500/100.000 habitantes. Quase metade dos nossos doentes com TB não são diagnosticados. Só 1/4 dos doentes com TB resistente (a forma mais grave) são diagnosticados e tratados (WHO Global Tuberculosis Report 2018).

Além disso, e não menos relevante, Moçambique ocupa o lugar 180 no Human Development Index (só mais 9 países abaixo de nós) e sabemos a relação estreita entre a TB e a pobreza.

Adicionemos a tudo isto à nossa escassez em recursos humanos e materiais

no sector da saúde, à fraca formação e motivação dos profissionais de saúde, ao fraco envolvimento da sociedade civil, do sector privado, do sector informal (a maioria dos doentes vai primeiro aos praticantes da medicina tradicional) e podemos facilmente concluir que mesmo que houvesse (milagrosamente) novas vacinas, novos testes e novos medicamentos, a TB em 12 anos não seria erradicada. Infelizmente!!

Por Paula Perdígão

Médica especialista em TB e doenças pulmonares

*Título da responsabilidade do @Verdade